



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATO Nº 14/2023

CONTRATO TRE-RO N. 14/2023

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO TRE-RO SEI
N. [0002462-96.2022.6.22.8000](#)**

PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO N. 11/2023

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O TRE-RO E A EMPRESA M. L. PERES
EMPREENDEIMENTOS LTDA., PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E
HIGIENIZAÇÃO, SEM FORNECIMENTO
DE MATERIAL, PARA OS EDIFÍCIOS DA
JUSTIÇA ELEITORAL, LOCALIZADOS
NA CIDADE DE PORTO VELHO/RO.**

A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por seu Diretor Geral em Substituição, senhor **FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG **9.15*-SSP/RO e do CPF ***.517.842-**, nomeado pela Portaria n. 57, de 17 de março de 2020, publicada no DJE-RO de 19 de março de 2020, portador da matrícula funcional 260372, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **M. L. PERES EMPREENDEIMENTOS LTDA.**, CNPJ 13.993.675/0001-20, com sede na Rua Jose Pereira Gurgel, 371, Sala 201, Bairro Centro, CEP: 69.926-000, em Bujari/AC, Telefone(s): (68) 3225-3716 / (68) 99986-5060, E-mail(s): consultoria.setorrh2@gmail.com / consultoria.licitacoes@hotmail.com, neste ato representada pelo a senhora **MARILEULA DE LIMA PERES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG ***636/SSP-AC e do CPF ***.752.522-**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento e em conformidade com: o Edital de Licitação respectivo e seus Anexos; o Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho 335/2023-PRES/DG/GABDG, de 30/03/2023 (evento [0994020](#)); e o Termo de Homologação da Licitação constante no Despacho 677/2023-PRES/DG/GABDG, de 19/06/2023 (evento [1022342](#)), bem como nas demais normas indicadas na Cláusula “DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL”



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deste instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições,

DO OBJETO

(Artigo 55, I, II e XI, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização, **sem fornecimento de material**, para os edifícios da Justiça Eleitoral localizados na cidade de Porto Velho/RO, conforme quantidades de postos e locais para execução indicados nas Tabelas 1 e 2 a seguir:

TABELA 1

Área de apoio	Posto de Trabalho	Código CBO	Quantidade de Postos
Administrativo	Servente de Limpeza (Faxineiro)	5143-20	14
	Supervisor/Encarregado	4101-05	01

TABELA 2

UNIDADE ADMINISTRATIVA	MUNICÍPIO	ENDEREÇO
I - Sede do Tribunal Regional Eleitoral, Anexo II (Almoxarifado e Depósito de Urnas) e Fórum Eleitoral de Porto Velho	Porto Velho/RO	I – Av. Presidente Dutra, 1889, e Rua Jacy-Paraná, s/nº, entre Av. Rogério Weber e Presidente Dutra, Bairro Areal; e
II – Anexo III (Seção de Transportes/Estacionamento)		II – Av. Rogério Weber, s/nº, entre Rua Jacy-Paraná e Rua Raimundo Cantuária, Bairro Baixa da União.

Subcláusula Primeira – Quanto ao detalhamento do objeto deste contrato, incluindo as especificações complementares dos locais de prestação dos serviços (instalações, disposição de mobiliário e equipamentos, arquitetura,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

decoração, dentre outras) estão registradas no Memorial descritivo das áreas dos ambientes de trabalho, anexo do termo de referência, sendo que o TRE/RO poderá introduzir alterações nos serviços para melhor adequação técnica aos seus objetivos, que serão objeto de termo aditivo, respeitando o limite previsto no artigo 65, § 1º, da Lei n. 8.666/1993 e suas alterações.

Subcláusula Segunda – As questões pertinentes restrições de área, identificando questões de segurança institucional, privacidade, segurança, medicina do trabalho, disposições normativas internas, dentre outras estão tratadas no Caderno de especificações para serviços de manutenção, conservação e limpeza, anexo do termo de referência (Caderno de especificações para serviços de limpeza, evento [0990770](#)).

Subcláusula Terceira - A CONTRATADA deverá observar, entre outros, os eventuais critérios de sustentabilidade ambiental definidos para esta contratação.

Subcláusula Quarta - Os serviços de limpeza, conservação e higienização em edificações, sem fornecimento de material, serão prestados de segunda-feira a sexta-feira, com intervalo intrajornada de 1 (uma) hora para alimentação/descanso e com jornada de trabalho de 8 horas diárias, e aos sábados, com jornada de 4(quatro) horas, completando assim a carga horária de 44 horas semanais para a mão de obra alocada ao contrato, conforme índices de produtividade, tipos de áreas, metragem e necessidade de mão-de-obra demonstrados nas TABELAS 3 e 4 do Termo de Referência respectivo (Planilha de custos para a licitação, evento [0999438](#)).

Subcláusula Quinta – Os horários da jornada de trabalho indicados na TABELAS 4 do Termo de Referência correspondente poderão ser alterados, a critério da Administração do TRE-RO, mediante comunicação à empresa contratada, obedecendo a carga horária de 44 horas semanais e a legislação trabalhista.

Subcláusula Sexta – A jornada diária de trabalho da mão de obra poderá ser reduzida, sem qualquer prejuízo ao trabalhador; em feriados institucionais do órgão, quando não houver expediente, os serviços contratados poderão ser dispensados; em caso de transferência de datas de feriados por meio de portaria emitida pelo TRE-RO, a mão de obra deverá seguir o que for determinado pelo órgão, prestando os serviços no dia de funcionamento do órgão, mesmo que seja feriado oficial, e usufruindo a folga do feriado na data transferida pela portaria, sem qualquer direito a percepção de hora extra, uma vez que haverá a compensação do dia, previamente definido neste item, sendo que situações dessa natureza serão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

comunicadas à contratada, para providências junto ao pessoal alocado ao contrato.

Subcláusula Sétima - Em caso de necessidade, bem como em período eleitoral (regular ou extraordinário), e respeitada a legislação trabalhista, o contratante poderá requerer à contratada a prestação de serviços extraordinários, que poderão ser realizados em dias úteis, sábados, domingos e feriados, sendo considerado período eleitoral os meses de julho a novembro de anos eleitorais.

Subcláusula Oitava - Na ocorrência de greve da categoria, a contratada obriga-se à prestação dos serviços, por meio de esquema de emergência.

Subcláusula Nona - Os serviços de limpeza, conservação e higienização em edificações serão prestados sob a supervisão de um SUPERVISOR ADMINISTRATIVO – CBO 4101- 05, à razão de um para cada trinta postos de serviço em efetiva atividade, ou fração, podendo ser reduzida a critério da autoridade competente, exceto para o da limpeza das fachadas envidraçadas, onde será adotado um encarregado para cada quatro serventes.

Subcláusula Décima - Os serviços executados na sede do TRE-RO e seu anexo, no Fórum Eleitoral de Porto Velho/RO, e na Seção de Transportes da Justiça Eleitoral deverão ser supervisionados por 01 (um) preposto que deverá permanecer na sede do TRE-RO durante a jornada de trabalho, deslocando-se quando necessário às outras unidades da capital, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços, sendo que este encarregado terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao gestor responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração do TRE-RO e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.

Subcláusula Décima Primeira – A mão-de-obra disponibilizada deverá ter, no mínimo, a qualificação e as características estabelecidas na TABELA 5 do Termo de Referência respectivo.

Subcláusula Décima Segunda – Quanto aos UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), a contratada deverá cumprir o que dispõe o Termo de Referência correspondente, em especial o disposto no item 3.13 desse, assim como na(s) planilha(s) anexa(s).

Subcláusula Décima Terceira – Quanto à frequência e periodicidade, aos procedimentos e tecnologias a serem empregados, aos deveres e disciplina do pessoal envolvido na prestação dos serviços e demais especificações,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deve ser observado pela Contratada o que consta detalhado no Caderno de especificações para serviços de limpeza, Anexo do termo de referência.

Subcláusula Décima Quarta – A CONTRATADA deverá atender todas as condições indicadas neste instrumento, no Termo de Referência respectivo e em seus anexos, incluindo as condições de habilitação, assim como, por meio da assinatura deste contrato, a empresa contratada declara que foram atendidas as regras pré-contratuais desta contratação, inclusive as indicadas nos itens 13.3., bem como no item 14.12, todos do Termo de Referência correspondente.

Subcláusula Décima Quinta – A execução completa do contrato só acontecerá quando o contratado comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada, quando da contratação de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra.

Subcláusula Décima Sexta - Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas nos respectivos Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos, incluindo o Termo de Referência e anexos, bem como na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame, incluindo os Anexos e eventos a seguir indicados, entre outros:

IV – Resolução CNJ nº 169/2013 (evento [0984590](#));

V – Resolução TSE n. 23.702/2022 (evento [0984593](#));

VI - Convenção coletiva SINTELPES/RO X SEAC/RO, referente ao ano de 2023 (evento [0971988](#)).

VIII - Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES/MPDG (evento [0974134](#));

IX - Memorial descritivo das áreas dos ambientes de trabalho (evento [0983965](#));

XI - Guia de Fiscalização Técnica e Administrativa – Anexo VIII da IN 05/2017/SEGES/MPDG (evento [0984614](#));

XIV - Termo de Confidencialidade (evento [0966880](#));

XVI - Caderno de especificações para serviços de limpeza (evento [0990770](#)).

DA SUBCONTRATAÇÃO

(Artigo 72 da Lei 8.666/1993)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA SEGUNDA – Não é permitida a subcontratação do objeto desta contratação, conforme indicado no Termo de Referência (TR) respectivo.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Artigo 55, II, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA TERCEIRA – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 57, II e § 3º, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA QUARTA - A vigência deste contrato será de 30 (trinta) meses, a contar de 10/07/2023, podendo ser prorrogado à critério da Administração, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/1993, por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 meses.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA QUINTA – O valor total estimado deste Contrato é de **R\$ 1.869.997,90** (um milhão oitocentos e sessenta e nove mil novecentos e noventa e sete reais e noventa centavos), para o período de vigência desta contratação, conforme Proposta/Planilha de Custos e Formação de Preços da CONTRATADA (evento [1011831](#)) e conforme demonstrado abaixo:

MUNICÍPIO	SERVIÇO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR EM 12 MESES (R\$)	VALOR DOS SERVIÇOS EM 30 MESES (R\$)
Porto Velho/RO	Limpeza por M²	61.999,93	743.999,16	1.859.997,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				90
VALOR ESTIMADO PARA HORAS EXTRAS PARA O ANO DE 2018				10.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO				1.869.997,90

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, inclusive mão-de obra, tributos, materiais/componentes, despesas administrativas e lucro conforme proposta/ Planilha de Custos e Formação de Preços da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda – Em período eleitoral, todo o pessoal vinculado ao contrato de limpeza objeto do Termo de Referência poderá ser convocado a trabalhar em regime extraordinário, para atender as demandas do Calendário Eleitoral, sendo que as despesas relativas às horas extras serão apresentadas em faturas separadas.

Subcláusula Terceira – As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta do orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Fonte de Recurso 1000000000 e Natureza da Despesa 339037, conforme Nota de Empenho nº 2023NE000304, de 23/06/2023, conforme detalhamento a seguir:

FONTE ORÇAMENTÁRIA			
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano
			2023 (R\$)
Ordinário		IEF LIMPEZ	410.762,40
TOTAL POR EXERCÍCIO FINANCEIRO			

Subcláusula Quarta – O orçamento considerado para a apresentação das propostas, tem como data-base o mês de janeiro/2023, data da Convenção coletiva SINTELPES/RO X SEAC/RO vigente à época da licitação.

Subcláusula Quinta – A execução completa do contrato só acontecerá quando o contratado comprovar o pagamento de todas as obrigações



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

trabalhistas referente à mão de obra utilizada, quando da contratação de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra.

Subcláusula Sexta – No Termo de Referência respectivo constam: o demonstrativo dos salários das categorias ora contratadas; o demonstrativo da composição de custo e formação de preços de mão-de-obra; o demonstrativo de custo do vale transporte; o demonstrativo de custo do vale alimentação; o detalhamento da composição unitária de custo do item uniforme e EPIs; o detalhamento da composição unitária de custo do item depreciação e manutenção de equipamentos; a planilha de custos e formação de preços do servente de limpeza sem e com insalubridade; a planilha de custos e formação de preços do supervisor administrativo; e o demonstrativo do custo mensal dos serviços de limpeza e higienização, sem fornecimento de material, a serem prestados nas unidades da Justiça Eleitoral em Porto Velho/RO, calculados a partir da metragem quadrada da área a ser mantida.

Subcláusula Sétima – A contratada, caso seja optante pelo Simples Nacional, deve cumprir os tópicos 2, 2.1 e 2.2 (observações importantes) constantes do item 9.3 do Termo de Referência respectivo.

Subcláusula Oitava - Quanto a eventual repactuação, reajuste, revisão, reequilíbrio e outros tipos de alterações contratuais, deverá ser observado o que consta na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA SEXTA – Cumpridas pela CONTRATADA todas as exigências legais e contratuais, o CONTRATANTE fará o pagamento em até 10 (dez) dias úteis, contado da data em que for devidamente atestada pelo fiscal do contrato a Nota Fiscal/Fatura discriminando os serviços executados, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da contratada, na conta corrente indicada na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A., observando que:

a) Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, e-mail, número de celular ou chave aleatória;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a CONTRATADA informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança; e
- c) O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentada apenas imagem de QR-Code.

Subcláusula Primeira – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP	Onde:
	EM = Encargos moratórios;
	N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
	VP = Valor da parcela a ser paga.
	I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
	$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$
	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula Segunda – A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

Subcláusula Terceira – Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quarta – Requisitos para pagamento, a nota fiscal para o recebimento da prestação de serviço do mês de referência deverá ser apresentada com a seguinte documentação, referente ao mês anterior:

- 01 - Contracheques assinados pelos funcionários;
- 02 - Comprovante de entrega de vale-transporte ou declaração de desistência ou não existência de transporte público na cidade;
- 03 - Comprovante de entrega de vale alimentação/refeição do mês faturado;
- 04 - Comprovante de pagamento de salários do mês anterior ao faturado;
- 05 - Comprovante de pagamento do adicional de férias e cópia do registro de férias na carteira de trabalho, na forma da lei referente ao mês anterior;
- 06 - Comprovante de pagamento do 13º salário no prazo previsto em lei;
- 07 - Cópias de folhas de ponto ou relação de empregados com os mesmos dados referentes ao mês anterior;
- 08 - Certidão negativa conjunta de tributos federais e previdenciários;
- 09 - Guia de Recolhimento de INSS (GPS) correspondentes ao mês da última nota fiscal vencida compatível com os empregados vinculados;
- 10 - Comprovante de recolhimento do INSS;
- 11 - Guia de recolhimento de FGTS (GRF) correspondentes ao mês da última nota fiscal vencida compatível com os empregados vinculados;
- 12 - Comprovante de recolhimento do FGTS;
- 13 - Informações à previdência (GFIP), correspondentes ao mês da última nota fiscal vencida compatível com os empregados vinculados, informada através de GFIP Única, Modalidade BRANCO, SIMPLES 1;
- 14 - Cópia do protocolo de envio de arquivo - emitido pela conectividade social (GFIP);
- 15 - Comprovante de pagamento de seguro de vida dos funcionários;
- 16 - Recibo de entrega de 02 (dois) jogos de uniformes completos, assinado pelo empregado alocado no início da execução e sempre que houver entregas;
- 17 - Comprovante de cumprimento das obrigações contidas em convenção, acordo ou dissídio coletivo de trabalho (quando exigido);
- 18 - Comprovante de realização de exames admissionais e demissionais e periódicos quando da demissão de empregados ou alocação de empregados novos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

19 - Comprovante de pagamento de verbas rescisórias ou realocação dos empregados sem interrupção do contrato de trabalho quando da retirada de trabalhadores alocados nos imóveis do TRE/RO;

20 - Contrato assinado, quando de contratação de servidores novos;

21 - Relatório mensal elaborado pelo supervisor da limpeza.

Subcláusula Quinta – São também regras aplicáveis aos pagamentos:

1. Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/1993;
2. Desobriga-se o CONTRATANTE a efetuar o pagamento sem atestação e emissão de Nota Fiscal/Fatura mensal pelo servidor designado pelo CONTRATANTE para gestão e fiscalização dos serviços do TRE-RO ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;
3. O CONTRATANTE fará as retenções tributárias legais cabíveis, relativas à prestação dos serviços;
4. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejarão a retenção do pagamento até sua regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
5. Havendo pendência de liquidação de obrigações financeiras imposta à CONTRATADA em virtude de penalidade ou inadimplência, o valor de tal obrigação será retido no ato do pagamento da Nota Fiscal/Fatura mensal;
6. Para o recebimento de despesa com eventuais horas-extras a CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura própria, acompanhada da solicitação do CONTRATANTE para suas realizações, de planilhas com o detalhamento das horas extras realizadas bem como dos comprovantes de pagamento de tais horas aos empregados;
7. Caso o CONTRATANTE identifique alguma divergência ou pendência que impeça o pagamento, notificará a CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo para pagamento será contado a partir da regularização da pendência ou divergência;
8. Caso a CONTRATADA incorra em hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n. 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
10. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada neste instrumento contratual.

DA ABERTURA DE CONTA VINCULADA BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO (RESOLUÇÃO CNJ 169/2013)

CLÁUSULA SÉTIMA - De acordo com a Resolução CNJ n. 169, de 31/01/2013, atualizada pela Resolução CNJ 183, de 24/10/2014, e, no que couber, a IN 05/2017 do MPDGG e considerando, ainda a Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas oriundas do contrato de prestação de serviços, com previsão de mão de obra residente nas dependências do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO, fica estabelecido que:

I – o TRE/RO fará o provisionamento de encargos trabalhistas para o pagamento das férias, abono de férias (1/3 constitucional) 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidências dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, abono de férias (1/3 constitucional) e 13º salário sobre os encargos retidos, que serão deduzidos do pagamento do valor mensal do contrato e depositados exclusivamente em banco público oficial.

II – Os depósitos serão realizados pelo TRE/RO em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - aberta no nome da contratada junto à Agência PAB da Justiça Federal da Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil S/A em Porto Velho/RO, em agência a ser definida, no município referido, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do TRE/RO.

III – Os depósitos serão efetuados sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria.

IV - O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes rubricas com provisões previstas para o período da contratação: férias, abonos de férias (1/3 constitucional), 13º salário, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS, SESI/SESC/SENAI/SENAC/INCRA/SALÁRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

EDUCAÇÃO/FGTS/RAT+FAT/SEBRAE, ETC) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, conforme **exemplificado** na tabela a seguir:

PERCENTUAIS PARA CONTINGENCIAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS	
RUBRICAS	%
13º SALÁRIO	8,33%
FÉRIAS E ABONO DE FÉRIAS (1/3 constitucional)	11,10%
MULTA DO FGTS POR DISPENSA SEM JUSTA CAUSA	5%
SUB-TOTAL	24,43%
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS SOBRE FÉRIAS, 1/3 CONSTITUCIONAL E 13º SALÁRIO (*)	Pode variar de 7,39%, 7,60% e 7,82%, dependendo do grau de risco da empresa contratada (RAT X SAT)
TOTAL	Pode variar de 31,82%, 32,03% e 32,25% dependendo do grau de risco da empresa contratada

(*) Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) e 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente de trabalho, previstas no inciso II do art. 22 da Lei 8.212, de 24/07/1991.

V - Os valores provisionados serão obtidos pela aplicação dos percentuais e valores constantes da proposta.

VI – A assinatura do contrato de prestação de serviços entre o TRE/RO e a empresa vencedora do certame será sucedida dos seguintes atos:

a) o TRE/RO fará a solicitação de abertura de conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação- no nome da empresa contratada;

b) assinatura, pela empresa contratada, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da notificação do Tribunal, dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – e de termos específico da instituição financeira oficial que permita ao Tribunal ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Tribunal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VII – Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro escolhido no termo de cooperação técnica firmado entre o TRE/RO e o Banco, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

VIII – Os valores referentes às rubricas mencionadas no inciso IV serão retidos do pagamento mensal à empresa contratada, desde que a prestação dos serviços ocorra nas dependências de órgão jurisdicionado ao CNJ, independentemente da unidade de medida contratada, ou seja, posto de trabalho, homem/hora/produtividade, entrega de produto específico, ordem de serviço etc.

IX – A empresa contratada poderá solicitar autorização do Tribunal para:

1. Resgatar da conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação -, os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas rubricas do inciso I, desde que comprovado tratar-se dos empregados alocados pela empresa contratada para prestação dos serviços contratados.
2. Movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação-, diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no inciso IV.

X – Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – conforme previstos no inciso anterior, letra “a”, a empresa contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente do Tribunal os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no inciso IV.

XI – O Tribunal, por meio do setor competente, expedirá, após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas retidas, autorização para o resgate de valores, encaminhando a referida autorização ao banco, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela contratada.

XII – Eventuais despesas para abertura e manutenção da conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação - serão suportadas na taxa de administração/custo indiretos constante na proposta comercial da empresa, caso haja cobrança de tarifas bancárias.

DA GARANTIA CONTRATUAL

(Artigo 55, VI, da Lei n. 8.666/1993)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA OITAVA – Para assegurar a plena execução do contrato, com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, a futura Contratada obriga-se a apresentar GARANTIA, na modalidade de caução em dinheiro, seguro garantia ou fiança, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, a qual deverá ter prazo de validade de 03 (três) meses após o término do período de execução contratual, devendo ser observados os seguintes requisitos:

- a) a contratada deverá apresentar a garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante, contado da assinatura do contrato;
- b) a inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07 (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);
- c) o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no prazo estipulado na alínea “a” autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei 8.666/1993;
- d) a garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada repactuação/reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo quantitativo do contrato;
- e) a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
 - e.1) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
 - e.2) prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - e.3) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
 - e.4) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber;
- f) a modalidade de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na alínea “e” acima, observada a legislação que rege a matéria.
- g) a garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

h) o garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada;

i) a garantia será considerada extinta nos seguintes casos:

i.1) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

i.2) com o término da vigência do contrato, observado o prazo de 3 meses estabelecido no caput, que poderá, independentemente de sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

j) o contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

k) a garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa contratada pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, obrigando-se a contratada a, com a assinatura do contrato, autorizar a retenção da garantia pela contratante.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 67, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA NONA – No TRE-RO, a gestão e a fiscalização do objeto deste contrato serão exercidas pelo titular da Seção de Administração Predial – SEAP, com o auxílio dos servidores lotados na referida Seção.

Subcláusula Primeira – Nos afastamentos do titular mencionado, as funções de gestão e de fiscalização deste contrato serão exercidas por seu respectivo substituto ou por sua respectiva substituta.

Subcláusula Segunda – A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

Subcláusula Terceira – A fiscalização do Contrato obedecerá, no que não for incompatível, ao Guia de Fiscalização (Anexo VIII-B da IN 05), reproduzida no Anexo do Termo de Referência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quarta – As tratativas com os responsáveis pela gestão e fiscalização deste contrato poderão ser feitas por meio dos telefones (69) 3211 2258 e 3211 2257, e e-mail seap@tre-ro.jus.br, no horário das 11h às 18h.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA DÉCIMA – Além de observar e cumprir preços, prazos, condições e as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência correspondente, no Edital e anexos, obriga-se a CONTRATADA a:

1. Oferecer GARANTIA, no prazo de até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do Termo de Contrato, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do objeto do contrato, nos termos do art. 56, §2º, da Lei nº 8.666/1993, a qual deverá ter prazo de validade de até 3 (três) meses após o término da vigência contratual;
2. Iniciar a prestação dos serviços na data estabelecida em no Contrato como a data de início da execução;
3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, sendo que as supressões acima desse limite poderão ocorrer por acordo entre as partes;
4. Nomear preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato durante sua vigência;
5. Manter-se, durante toda a execução do presente contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão, comprometendo-se a comunicar ao contratante qualquer alteração superveniente impeditiva de manutenção dessas condições e a apresentar os comprovantes de regularidade junto ao SICAF, CRS-FGTS, ao CND-INSS, à Fazenda Pública Federal, à Justiça do Trabalho e ao CNJ, sempre que solicitado;
6. Não contratar, na vigência do Contrato, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;
7. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8. Utilizar, sob sua inteira responsabilidade, toda a competente e indispensável mão-de-obra, devidamente habilitada e treinada, para execução dos serviços contratados, da qual assumirá o cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e todas as outras previstas nas normas legais pertinentes, sendo que a inadimplência da Contratada com relação a estes encargos não transfere à Administração a responsabilidade por seus pagamentos nem poderá onerar o objeto do contrato;
9. Proceder ao atendimento emergencial do CONTRATANTE, em caso de necessidade, respeitada a legislação trabalhista, sendo que, na ocorrência de greve da categoria, a CONTRATADA obriga-se à prestação dos serviços, por meio de esquema de emergência;
10. Ressarcir e/ou repor, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), o bem físico eventualmente danificado, destruído ou desaparecido no processo de prestação de serviços, ou valores decorrentes de utilização indevida ou particular de serviços/equipamentos disponíveis nesta Justiça Eleitoral, responsabilizando-se pelos prejuízos à CONTRATANTE, bem como de terceiros prejudicados, desde que comprovada a ação ou omissão por parte da Contratada;
11. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os defeitos ou incorreções resultantes da má qualidade da execução dos serviços e/ou dos materiais empregados, sendo que a correção de eventuais irregularidades não impedirá a aplicação das sanções previstas na legislação vigente;
12. Responder por todos os ônus decorrentes da execução dos serviços como taxas, impostos e seguros;
13. Responder por quaisquer prejuízos eventuais causados por seus empregados e prepostos, quando em missão de serviços por força das obrigações assumidas ou, mesmo que indevidamente, em razão do contrato;
14. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;
15. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CONTRATANTE;
16. Comunicar à Administração do CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
17. Apresentar, mensalmente e sempre que solicitada pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento de salários e benefícios dos empregados e o recolhimento de encargos;
18. Permitir ao CONTRATANTE o acesso ao controle diário de frequência e às carteiras profissionais dos empregados alocados à execução do serviço contratado;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

19. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;
20. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do objeto do contrato, incluindo multas de trânsito;
21. Selecionar e treinar adequadamente os empregados alocados na prestação dos serviços, observando a comprovação dos atestados de boa conduta e de idoneidade moral;
22. Manter seus empregados sob as normas disciplinares do CONTRATANTE, substituindo, no prazo máxima de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer deles considerados inconvenientes pelo CONTRATANTE;
23. Substituir empregados ocupantes dos postos de trabalho em caso de ausência, utilizando mão de obra com vínculo empregatício, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato.
24. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependências do CONTRATANTE;
25. Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
26. Pagar, dentro do prazo previsto na legislação, os salários e demais verbas trabalhistas, o vale transporte, o auxílio alimentação, recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias de todas os empregados vinculados ao contrato, vez que os empregados da contratada não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE, sendo que, o não cumprimento destes será caracterizado como falta grave e compreendido como falha na execução do contrato, o que poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e de declaração de impedimento de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17/07/2002;
27. Autorizar a Administração a fazer a retenção cautelar do valor mensal da fatura quando for constatado atraso no pagamento das obrigações constantes do item 25 acima, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
28. Autorizar a Administração contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores vinculados ao contrato, bem como das respectivas contribuições previdenciárias e do FGTS, sem prejuízo das sanções cabíveis, observando que:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Para viabilizar o pagamento direto pela Administração, a contratada deverá enviar ao órgão toda a documentação necessária, tais como folha de pagamento, dados pessoais e bancários dos funcionários, guias de recolhimento de FGTS e INSS;

b) Quando não for possível a realização dos pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS;

29. Providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, cartão cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, bem como viabilizar, no mesmo prazo, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, observando que:

a) Caso o empregado não deseje o acesso ao cartão cidadão, o CONTRATADO deve apresentar relação dos seus funcionários que se enquadram nesta situação, na qual conste assinatura comprobatória de que estes tomaram conhecimento dos benefícios de sua concessão e optaram por não o acessarem;

b) Caso não seja possível a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal, como na hipótese de o trabalhador ser cadastrado em programas de transferência de renda, o CONTRATADO deve apresentar as devidas justificativas, acompanhadas de comprovações do conhecimento do empregado acerca da situação.

31. Creditar os salários em conta bancária dos empregados, em agências localizadas nas respectivas localidades de prestação dos serviços, bem como os benefícios que forem pagos em pecúnia;

32. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho;

33. Fornecer os uniformes e EPI's, nas condições e qualidades exigidas pelo edital da licitação;

34. Não subcontratar, subempreitar, ceder ou transferir total ou parcialmente os serviços objeto desta contratação;

35. Comprovar, quando da rescisão contratual de trabalho, o pagamento das verbas rescisórias, bem como o cumprimento de obrigações decorrentes da demissão;

36. Comprovar em que situação se encontra os empregados que foram desvinculados deste contrato de prestação de serviços, mas que não foram demitidos pela empresa contratada;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

37. Cumprir, no prazo estipulado na notificação expedida pelo fiscal ou gestor do contrato todas as determinações do contratante, especialmente, quando se tratarem de adimplemento de obrigação prevista neste instrumento, sob pena de aplicação de penalidades;
38. Cumprir todas as demais obrigações descritas no CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES – ANEXO do Termo de Referência, bem como no Edital do Pregão e seus demais anexos, além de outros encargos derivados da legislação e normas regulamentares;
39. Comunicar à Contratante, formalmente e por escrito, com no mínimo 4 (quatro) meses de antecedência, contados da data limite da vigência deste Contrato, o desejo de não o prorrogar este contrato;
40. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
41. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função; e
42. Atender prontamente às exigências da Administração inerentes ao objeto deste contrato.

Subcláusula Primeira - São também obrigações da CONTRATADA:

1. Enviar nota fiscal ao Contratante, observando todos os prazos, valores e condições estipulados;
2. Manter funcionários uniformizados com fardamento próprio da empresa, portando crachá e EPI's durante toda a execução dos serviços;
3. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE/RO.
4. Cumprir todas as demais normas e obrigações que, embora não referidas no contrato, sejam de observância obrigatória para a regular prestação dos serviços objeto do contrato.

Subcláusula Segunda - São expressamente vedadas à CONTRATADA:

1. A veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
2. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato; e
3. Apresentar, para ocupar postos de trabalhos, inclusive em caso de substituições eventuais, pessoas sem o vínculo empregatício formal determinado pela legislação trabalhista.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência correspondente, no Edital e anexos, obriga-se o CONTRATANTE a:

- 1– Autorizar a contratada, após a assinatura do contrato, o início da prestação dos serviços abrangidos pelo objeto do contrato;
- 2 - Orientar a CONTRATADA acerca da correta execução dos serviços contratados e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho;
- 3 - Dar conhecimento à CONTRATADA acerca das normas estabelecidas para carga e descarga de materiais, horário de trabalho e demais condições exigidas;
- 4 - Conservar permanentemente desobstruídas as casas de máquinas;
- 5 - Disponibilizar instalações sanitárias, vestiários com armários/guarda-roupas;
- 6 – Disponibilizar, nas dependências da edificação, local apropriado para guarda de ferramentas e material da equipe de manutenção;
- 7 - Fornecer os materiais e equipamentos necessários para a perfeita execução dos serviços;
- 8 – Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- 9 – Receber o relatório mensal das atividades executadas pela CONTRATADA, manifestando-se a respeito de seu teor, se necessário;
- 10 - Rejeitar, caso inadequados ou irregulares, os serviços prestados pela CONTRATADA;
- 11 - Notificar a CONTRATADA, na ocorrência da situação prevista no item anterior, para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste contrato;
- 12 - Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade, e aplicando as penalidades cabíveis, quando necessário;

13 - Notificar a CONTRATADA acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

14 - Manter atualizados os documentos próprios dos registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA;

15 – Solicitar eventualmente, a seu critério, com antecedência mínima de dois dias úteis do início dos serviços, a realização de horas-extras;

16 - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;

17 - Efetuar o pagamento à Contratada, após verificada a regularidade da nota fiscal/fatura de acordo com as condições, documentações, preços, prazos estabelecidos neste contrato e nas demais regras a ele aplicadas;

18 - Avaliar a contratada por critérios objetivos, sempre que necessário, cujas avaliações serão encaminhadas à Contratada para análise e adequações necessárias quanto à prestação dos serviços.

19 – Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

19.1 – Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;

19.2 – Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa contratada;

19.3 – Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

19.4 – Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

20 – Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas a este contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula única - São também obrigações do Contratante:

1. Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente por escrito, notificando-a quando da constatação de qualquer pendência;
2. Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos; e
3. Analisar e se manifestar sobre eventuais pedidos de prorrogação de prazo quanto ao objeto contratado.

DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR (ANEXO V-B DA IN Nº 05/2017/MPDG)

INFORMAÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Sobre o instrumento de medição de resultados – IMR, deve ser observado o que segue:

1 - O Instrumento de Medição de Resultado – é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, conforme previsto no ANEXO V-B da IN nº 05/2017/MPDG, para a avaliação da qualidade do serviço.

2 - A Fiscalização Técnica e/ou gestão do contrato deve avaliar constantemente a execução do objeto, utilizando o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, e aplicação de sanções contratuais cabíveis, incluindo as previstas no presente anexo, sempre que a contratada:

3 - Objetivo a atingir: prestação do serviço em elevados níveis de qualidade, considerando a execução do objeto bem como o cumprimento das obrigações contratuais por parte da contratada, atingindo um grau de desempenho cujo índice apurado seja BOM. O índice de desempenho BOM já contempla um grau de tolerância adequado.

4 - Forma de avaliação: definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de penalidades. A cada situação será obtido um índice de desconto, a ser multiplicado pelo valor mensal correspondente (da atividade ou do contrato), obtendo-se assim o valor a ser faturado para o período de referência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5 - Apuração: a apuração será feita mensalmente, tanto por meio de registros de ocorrências quanto por conferência documental. Ao final de cada período de apuração, o fiscal do contrato informará à contratada as ocorrências, recomendando, e, se for o caso, adoção de medidas saneadoras.

6 - Sanções: Desconto, no valor mensal da fatura, de acordo com o índice de desempenho atingindo

7 - Infrações: situações em que a cada ocorrência é atribuída um Grau para apuração do Índice de Desempenho.

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

INDICADOR DE QUALIDADE

GARANTIR SERVIÇOS ADEQUADOS EM RELAÇÃO À ROTINA DE EXECUÇÃO ESTABELECIDADA E CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

ITEM	DESCRIÇÃO DO INDICADOR
Instrumento de medição	<p>Cálculo do Índice de Desempenho Mensal:</p> <p>1 – INSUFICIENTE – Acima de:</p> <ul style="list-style-type: none">- 03 (três) ocorrências Grau 03 no mês OU- 06 (seis) ocorrências Grau 02 no mês OU- 08 (oito) ocorrências de Grau 01 no mês <p>2 – REGULAR – Entre:</p> <ul style="list-style-type: none">- 01 (uma) e 03 (duas) ocorrências Grau 03 no mês OU- 03 (três) e 06 (sete) ocorrências Grau 02 no mês OU- 04 (quatro) e 08 (oito) ocorrências Grau 01 no mês <p>3 – BOM – Até:</p> <ul style="list-style-type: none">- 02 (duas) ocorrências Grau 02 no mês OU- 04 (quatro) ocorrências Grau 01 no mês.
Forma de acompanhamento	Registro das Ocorrências e constatações de descumprimentos contratuais

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>Grau de medição:</p> <ul style="list-style-type: none">- Grau 03 – grave- Grau 02 – média- Grau 01 - leve
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	<p>Apuração mensal da quantidade de ocorrências por grau para determinação do índice de Desempenho.</p> <p>Cálculo de Fator de Conversão conforme índice de desempenho:</p> <p>Se índice de desempenho for “Bom”, Fator de Conversão = 1</p> <p>Se índice de desempenho for “Regular”, Fator de Conversão = 0,98</p> <p>Se índice de desempenho for “Insuficiente”, Fator de Conversão = 0,96</p> <p>O valor mensal a ser pago será o resultado da multiplicação do valor mensal da prestação de serviço pelo fator de conversão:</p> <p>Valor a ser pago (R\$) = Valor da prestação dos serviços X Fator de Conversão</p> <p>Limites: $0,96 \leq \text{Fator de Conversão} \leq 1$</p>
Início de Vigência	Data de início da prestação dos serviços.
Faixas de ajuste no pagamento	Valor a ser pago (R\$) = Valor da prestação dos serviços X Fator de Conversão
Sanções	Glosa da fatura, sem prejuízo do correspondente desconto na fatura mensal dos valores correspondentes a cada infração quando se tratar de custos informados na planilha de formação de preços e das demais sanções estabelecidas no contrato para o descumprimento da obrigação.
OBSERVAÇÕES	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- As ocorrências verificadas, passíveis de solução, serão notificadas à Contratada, com prazo estipulado para solução das falhas, quando for o caso;
- Há ocorrência que poderão ser verificadas e constatadas quando da análise da documentação apresentada como anexo da Nota Fiscal de Prestação de Serviços (folhas de ponto, contracheques, comprovantes de pagamento de salários, etc.).
- Cada ocorrência será classificada por grau de acordo com a tabela abaixo.
- Para apuração do Índice de Desempenho Mensal, será considerado o período do primeiro ao último dia de cada mês. Ao final de cada período iniciará novo período para apuração do Índice de Desempenho daquele mês.
- Durante os 2 (dois) primeiros meses do contrato, a título de carência para que a Contratada efetue os ajustes necessários à correta execução dos serviços, o Índice de Desempenho não repercutirá no ajuste de pagamento do valor dos serviços e nem será usado como critério para sanções ou para decisão de prorrogação contratual, ressalvadas eventuais glosas e punições não relacionadas ao IMR.
- As ocorrências verificadas em um mês serão ajustadas no pagamento do mês posterior, exceto no último mês de contrato, quando haverá os ajustes relativos ao mês anterior e ao atual.
- A apuração do Índice de Desempenho será sempre apresentado à CONTRATADA, para aceite ou contestação devidamente fundamenta.

TABELA DE OCORRÊNCIAS			
ITEM	OCORRÊNCIAS RELACIONADAS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:	GRAU	Incidência
01	Falta de material de reposição nos banheiros	3	Por banheiro e por ocorrência verificada
02	Bancadas e pisos de banheiros molhados	3	Por banheiro e por ocorrência

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	ou empoçados		verificada
03	Transbordamento de lixeiras em qualquer área	3	Por lixeira
04	Poeira grosseira (capaz de sujar a mão) sobre mesas, balcões, estações de trabalho e em móveis e utensílios	3	Por sala ou ambiente
05	Pisos paredes e tetos contendo manchas grosseiras, que podem ser removidas mediante limpeza simples	3	Por sala ou ambiente
06	Poças ou umidades nos pisos, paredes e forros, exceto as observadas durante a realização dos serviços de limpeza e as causadas por falhas na estrutura do prédio (vazamentos, infiltrações, entupimentos, dentre outros)	3	Por sala ou ambiente
07	Existência de farelos, terra, folhas, machas ou quaisquer sujidades grosseiras no acesso principal do órgão	3	Por ambiente
08	Vidros embaçados, com poeiras, manchas e outras sujidades	3	Por ambiente
09	Falta de qualquer	2	Por ocorrência



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	um dos materiais e equipamentos previstos que venham a causar interrupção ou redução na qualidade dos serviços		
10	Presença de poeira grosseira (capaz de sujar a mão) nas faces internas das esquadrias externas, nas paredes e divisórias	2	Por ocorrência
11	Presença de lixo e folhas decadentes visíveis nas áreas externas, incluindo áreas ajardinadas	2	Por ocorrência
12	Presença de sujeiras grosserias, inclusive teias de aranha, nos forros, tetos, calhas de eletricidade, luminárias, tubulações de teto etc nas garagens, oficinas, depósitos e demais áreas cobertas	2	Por ocorrência
13	Retirar empregados ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	2	Por ocorrência
14	Não cumprir as rotinas de execução dos serviços	2	Por ocorrência



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	estabelecidas		
15	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	3	Por ocorrência
16	Recusar-se a executar serviço determinado pela CONTRATANTE, sem motivo justificado ou determinação formal.		
OUTRAS OCORRÊNCIAS:			
17	Não utilização, por parte dos empregados, do uniforme, uso incompleto ou inadequado, sem a devida justificativa	1	Por empregado e por ocorrência
18	Não utilização, por parte dos empregados, dos EPI's, uso incompleto ou inadequado, sem a devida justificativa	3	Por empregado e por ocorrência
19	Utilizar as dependência da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato	3	Por ocorrência
20	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de	2	Por ocorrência



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	seus agentes.		
21	Retirar das dependências da CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do fiscal do contrato.	1	Por item e por ocorrência
Para os itens a seguir, deixar de:			
22	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	2	Por empregado e por dia
23	Cumprir determinação da CONTRATANTE para controle de acesso de seus funcionários.	2	Por ocorrência
24	Entregar conjunto completo de uniforme aos empregados nos prazos definidos em contrato ou não submetê-lo à aprovação do Fiscal do contrato ou não documentar a entrega	1	Por empregado e por dia de atraso
25	Fornecer Equipamentos de Proteção Individual – EPI aos seus funcionários e de	3	Por empregado e por dia de indisponibilidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	exigir sua utilização na forma da legislação vigente, e nos prazos definidos em contrato ou não documentar a entrega		
26	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO	2	Por ocorrência
27	Reparar, corrigir e substituir, às suas expensas, no total ou em partes, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, danos, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;	1	Por ocorrência
28	Substituir empregados faltosos até o limite de 2 (duas) hora após o início do expediente definido.	1	Por ocorrência e por empregado
29	Efetuar o pagamento de salários, auxílio transporte, auxílio alimentação, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer	3	Por mês de ocorrência do não pagamento de qualquer obrigação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	encargos trabalhistas diretos e/ou indiretos relacionados à execução do contrato nas datas legais.		
30	Entregar, ou entregar com atraso, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e demais documentos ou quaisquer esclarecimentos indispensáveis à fiscalização do Contrato.	2	Por ocorrência e por dia
31	Apresentar as notas fiscais mensais, dentro do prazo definido em contrato, sem justificativa aceita pelo gestor do contrato.	1	Por ocorrência
32	Substituir os materiais e equipamentos que apresentarem defeitos e/ou apresentarem rendimento insatisfatório no prazo definido em notificação	2	Por equipamento e por dia de atraso
33	Atender normas do Ministério do	3	Por ocorrência



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Trabalho sobre saúde, higiene e segurança do trabalho		
34	Cumprir quaisquer obrigações constantes no edital e seus anexos, não previstas nesta tabela.	2	Por ocorrência

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/1993 e Artigo 7º da Lei 10.520/2002)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste Contrato, no Edital de Pregão Eletrônico respectivo e seus anexos, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis 10.520/2002 e 8.666/1993, e neste instrumento.

Subcláusula Primeira – O descumprimento injustificado das obrigações assumidas na contratação, garantida a prévia e ampla defesa, sujeita a CONTRATADA à multa moratória, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/1993, na forma seguinte:

I - Quanto à interrupção na prestação dos serviços:

- a) primeira interrupção injustificada de até seis (6) horas na execução dos serviços contratados, multa de 0,3% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do contrato;
- b) segunda interrupção injustificada de até seis (6) horas na execução dos serviços contratados, multa de 0,6% (zero vírgula três por cento) sobre o valor do contrato;
- c) Terceira interrupção injustificada na execução dos serviços contratados, multa de 0,9% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do contrato;
- d) interrupção superior a seis (seis) horas ou quarta interrupção injustificada na execução dos serviços contratados caracterizará a inexecução do contrato.

II - Quanto ao cumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) Primeiro descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 1% (dois por cento) sobre o valor mensal do contrato no momento da determinação;
- b) Segundo descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 2,0% (quatro por cento) sobre o valor mensal do contrato no momento da determinação;
- c) Terceiro descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato será considerada inexecução da obrigação, caracterizando-se inexecução parcial do contrato.

Subcláusula Segunda – A Administração contratante poderá deixar de declarar a inexecução total do contrato, quando:

- a) a infração tenha sido provocada por lapso do contratado e não gerar nenhum benefício, nem prejuízo ao contratante;
- b) o contratado tenha incorrido em equívoco na compreensão das regras do contrato claramente demonstrada em processo administrativo;
- c) o contratado tenha adotado voluntariamente providências suficientes para reparar a tempo os efeitos danosos da infração.

Subcláusula Terceira – A Administração contratante declarará a inexecução total do contrato quando:

- a) a prática infracional tenha criado risco ou consequência danosa à saúde das pessoas submetidas aos serviços;
- b) o contratado tenha deixado, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar providências para atenuar ou evitar suas consequências danosas;
- c) o contratado seja reincidente, definida esta como a reiteração de conduta faltosa, num lapso de 60 (sessenta) dias após regular notificação.

Subcláusula Quarta – Poderão ser aplicadas à CONTRATADA, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas neste instrumento e no Termo de Referência e seus anexos, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Subcláusula Quinta - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993 e na IN 04/2008 do TRE/RO ou qualquer normativo que venha a substituí-la.

Subcláusula Sexta - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Subcláusula Sétima - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Subcláusula Oitava - Sem prejuízo da rescisão do contrato – decretada no exercício do juízo de conveniência e oportunidade da CONTRATANTE - as condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações, como aquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, podem ser sancionadas com a pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento do Sistema Unificado de Fornecedores do Governo Federal - SICAF (art. 7º da Lei nº 10.520/2002).

Subcláusula Nona – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, e sem prejuízo da rescisão contratual, está sujeita à pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento do Sistema Unificado de Fornecedores do Governo Federal – SICAF, a licitante que:

- a) deixar de entregar documentação exigida neste contrato ou apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- c) não mantiver a proposta;
- d) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) fizer declaração falsa; ou
- g) cometer fraude fiscal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima - As sanções estabelecidas neste instrumento podem ser aplicadas à CONTRATADA de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital, devendo sempre obedecer ao procedimento disciplinado pela Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO.

Subcláusula Décima Primeira - Na aplicação das penalidades aqui previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela Instrução Normativa n. 004/2008-TRE/RO, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar, de imediato, penalidades mais severas.

Subcláusula Décima Segunda - A CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

Subcláusula Décima Terceira - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primário a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Décima Quarta - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada a CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação da CONTRATADA.

Subcláusula Décima Quinta – Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado do pagamento da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário).

Subcláusula Décima Sexta - No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo pendente do valor das penalidades aplicadas ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União – DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO);

Subcláusula Décima Sétima – De igual modo, no caso de a CONTRATADA não ter nenhum valor a receber do TRE-RO o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO);

Subcláusula Décima Oitava - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (art. 2º, § 3º da Lei 10.522/2002);

Subcláusula Décima Nona – Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/2000 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN;

Subcláusula Vigésima - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2;

Subcláusula Vigésima Primeira - As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE;

Subcláusula Vigésima Segunda- A CONTRATADA se submete as sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/1993, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Vigésima Terceira - O procedimento para aplicação de sanções observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa n. 04/2008/TRE-RO, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Vigésima Quarta - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa n. 04/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

I - Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/1993;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo administrativo respectivo desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do art. 2º, V c/c o art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei 8.666/1993, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo artigo 65 da Lei 8.666/1993.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do art. 65 da Lei 8.666/1993, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a revisões já efetuadas e à serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o parágrafo segundo do artigo 65 da Lei 8.666/1993

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/1993 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quinta - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do art. 65 da Lei 8.666/1993.

Subcláusula Sexta - Havendo alteração unilateral deste Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/1993.

Subcláusula Sétima - Quanto à repactuação, deve ser observado o que segue:

1) O orçamento considerado para a apresentação das propostas, tem como data-base o mês de janeiro/2023, data da convenção coletiva



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SINTELPES/RO X SEAC/RO. Dessa forma, nos termos do inciso X, do art. 53 e seguintes da IN 05/2017 do MPDG e do Acórdão TCU 1563/2004 – Plenário, a futura contratada poderá solicitar a primeira repactuação do valor do contrato 01 (um) ano após essa data-base, ou seja, janeiro de 2024, desde que já fixado o índice de reajuste por acordo, convenção ou dissídio coletivo;

2) As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação;

3) Quando da solicitação da repactuação, poderá ser solicitado reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto à obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais, que serão calculados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, sendo que:

a) O primeiro reajuste abrangerá o índice do período compreendido entre o mês da apresentação da proposta e mês anterior a que se refere a repactuação solicitada; e

b) Os subsequentes obedecerão à regra da anualidade, que será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último.

4) A repactuação em prazo inferior a um ano de qualquer dos componentes da Planilha de Custos e Formação de Preços somente poderá ser efetuada mediante demonstração analítica dessa variação devidamente comprovada, conforme preceitua o art. 5º do Decreto 2.271/1997 (item 9.1.6 do Acórdão TCU 1.563/2004);

5) A empresa contratada para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 24, inciso XI da Lei nº 8.666, de 1993.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - As partes deverão cumprir a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou da contratação administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

II - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;

III - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

IV - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todas as contratações de suboperação firmadas ou que venham a ser celebradas pelo Contratado;

V - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

VI - É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

VII - O Contratado deverá exigir dos eventuais suboperadores/subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância; (quando for o caso de subcontratação);

VIII - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados; (se exigível);

IX - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

X - Bancos de dados formados a partir de contratações administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, sendo que:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

XI - A contratação está sujeita a ser alterada nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD; e

XII - As contratações e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Esta contratação fundamenta-se no artigo 4º, XXII, da Lei 10.520/2002, e à execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto nas Leis 8.666/1993, 10.520/2002 e Lei n. 13.709/2018 (Geral de Proteção de Dados), nos Decretos Federais 9507/2018 e 10.024/2019, na Instrução Normativa SLTI/MPDG 05/2017, na Resolução TSE 23.702/2022, na Resolução CNJ N. 169/2013; na Convenção coletiva SINTELPES/RO X SEAC/RO ano 2023, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Subcláusula única - Não se aplica ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei 8.666/1993.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do art. 61, da Lei 8.666/1993.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei n. 8.666/1993, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem CONTRATANTE e CONTRATADA assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, o qual foi lido e achado conforme, e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, junho/2023.

FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO Pelo CONTRATANTE	MARILEULA DE LIMA PERES Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: ***.849.102-** Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: ***.434.482-** Testemunha

ANEXO I DO CONTRATO TRE-RO N. 14/2023

(REPRODUÇÃO DO ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA)

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO TRE-RO SEI N.
0002462-96.2022.6.22.8000

PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO N. 11/2023



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

A representante legal da contratada, **M. L. PERES EMPREENDIMENTOS LTDA.**, abaixo firmado, assume a partir da assinatura deste Termo instrumento, os seguintes compromissos:

I – Manter sigilo sobre todas as informações de qualquer natureza relacionada à execução do Contrato supra referido, firmado com o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, a que tiver acesso em decorrência da prestação dos serviços objeto do referido contrato, zelando por assegurar a integridade e confidencialidade das informações obtidas;

II – Manter sigilo e respeito às normas de segurança de segurança da CONTRATADA, com destaque para as diretrizes e regras definidas pela Resolução TSE nº 23.644/2021.

III – Compromete-se, ainda a:

a) Não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;

b) Não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a qual tiver acesso;

c) Dar ciência deste termo a todo empregado da CONTRATADA que vier a prestar serviços relacionados ao contrato administrativo e comprovar a referida ciência ao CONTRATANTE;

IV – Para fins do compromisso assumido neste termo, considera-se informação confidencial toda informação que a contratada tiver acesso em relação à prestação dos serviços objeto do contrato administrativo, sob a forma escrita, verbal ou por quaisquer outros meios; informação confidencial que inclui, mas não se limita, à informação relativa aos sistemas, dados pessoais, operações, processos, informações sobre produção, instalações, equipamentos, dados, habilidades especializadas, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, especializações e formulas revelados com o uso de tecnologia;

V- A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo assumida pela CONTRATADA por meio deste termo terá validade enquanto a informação não for tornada de conhecimento público por qualquer outra pessoa, ou mediante autorização escrita, concedida expressamente pelo CONTRATANTE;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI – Por médio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, o representante legal da CONTRATADA fica ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir do não cumprimento de suas obrigações.



Documento assinado eletronicamente por **MARILEULA DE LIMA PERES, Usuário Externo**, em 27/06/2023, às 15:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO, Diretor(a) Geral - Em Substituição**, em 27/06/2023, às 16:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 27/06/2023, às 16:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 27/06/2023, às 16:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1026083** e o código CRC **87A7413E**.

0002462-96.2022.6.22.8000

1026083v5

Criado por 008335022380, versão 5 por 00

PROCESSO: 0002462-96.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: Seção de Administração Predial - SEAP

ASSUNTO: Análise final – Pregão n. 11/2023 - Contratação de **serviços terceirizados de limpeza e conservação para os prédios do TRE-RO** - Fórum Eleitoral, Anexo III (Seção de Transportes) e Prédio Sede - todos no município de Porto Velho – Análise.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PARECER JURÍDICO Nº 117 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Administração Predial (SEAP) com objetivo de abrigar a tramitação dos atos necessários à contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação para os prédios do TRE/RO, Fórum Eleitoral, Anexo III (Seção de Transportes) e Prédio Sede, todos no Município de Porto Velho, considerando que o atual contrato tem vigência até a data de **09/07/2023**, consoante Termo de Abertura ([0884120](#)).

02. Após regular tramitação, vieram os autos a minuta do Edital do Pregão Eletrônico e seus anexos ([0999022](#)) e a minuta do instrumento contratual ([0998774](#)), os quais lograram aprovação desta unidade, conforme Parecer Jurídico n. 82/2023 ([0999850](#)).

03. Concluída a fase interna, iniciou-se a fase externa do Pregão Eletrônico n. 11/2023 ([0999968](#)) por meio de sua publicação, conforme documentos comprobatórios de sua divulgação juntados no evento [0999968](#).

04. Ainda, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) pedido de esclarecimento aviado pela empresa **AGC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, que versava sobre a utilização de preços máximos e mínimos para o recebimento das propostas, declarado intempestivo pelo Pregoeiro ([1004424](#));

b) relatório de propostas – Comprasnet ([1005438](#));

c) proposta inicial da licitante **GOLDEN CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA LTDA** - CNPJ: 10.565.121/0001-34, com sede na cidade de Goiânia/GO, no valor de R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais) - [1005462](#). Na sequência, pedido de desistência da proposta sob a alegação em função, ao que parece de erro material (...) *pelo cadastro de valor da contratação equivocado, sendo que foi ofertado com o salário menor que o estipulado em Convenção coletiva vigente.* - evento [1005463](#).

d) proposta inicial ([1005466](#)) e ajustada ([1005468](#)) e planilha de formação de preços ([1005613](#)) da licitante a **APTUS TERCEIRIZAÇÕES EIRELI** - CNPJ 05.332.859/0001-11, com sede em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Brasília/DF; informações da SEAP por sua aceitação ([1008402](#)), documentos de habilitação da licitante nos eventos ([1008888](#), [1008889](#) e [1008892](#)).

Contudo de acordo com os registros do relatório do pregoeiro ([1015584](#)) e da ata do certame ([1013900](#)), "(...) ao ser informado no chat acerca da regularidade e, conseqüentemente, da aceitação de sua proposta, solicitou que ela fosse desclassificada."

Alegou a licitante: "*Em virtude de equívoco no dimensionamento da proposta, em especial a possibilidade futura de desenquadramento do simples nacional, pedimos a gentileza de que seja realizada a desclassificação da nossa proposta.*"

A proposta foi recusada, conforme registrado pelo Pregoeiro:

- À face do exposto pelo licitante, e considerando o contido no item 9.3 do Termo de Referência (Na parte OBSERVAÇÕES IMPORTANTES) - que trata do assunto exposto pelo licitante -, e prestigiando a SEGURANÇA DA CONTRATAÇÃO, o pedido foi acolhido por este Pregoeiro e, conseqüentemente, a proposta foi recusada.

- Registra-se, contudo, que o licitante declarou conhecer as regras do edital e que a formulação da proposta é de sua responsabilidade e que a ela se encontra vinculado, assim, levo o presente fato ao conhecimento da Autoridade Superior, para, caso entenda pertinente, tomar as medidas e providências que entender necessárias.

e) proposta inicial e ajustada da licitante **MC Comércio de Produtos de Limpeza e Serviço de Limpeza LTDA** - CNPJ 04.236.031/0001-05, com sede em Porto Velho/RO, nos eventos [1009006](#) e [1009031](#) e planilha de custos e formação de preços no evento [1009033](#).

A SEAP solicito ao Pregoeiro que a licitante comprovasse a faixa de alíquotas tributárias a que estaria submetida, haja vista que visto os percentuais informados em sua planilha ([1009165](#)). Para atendimento da diligência da SEAP veio ao processo o documento declaratório do enquadramento da empresa no Simples Nacional ([1009479](#)).

Na sequência, encontra-se o seguinte diligência do Pregoeiro, dirigida à COFC deste Tribunal

(...) nesta data, recebemos via e-mail informação ([1009848](#)) de que a empresa proponente auferiu receita bruta superior a R\$ 4.800.000,00 e que, portanto, não poderia se beneficiar do benefício previsto para ME/EPP de que trata a LC 123/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

De fato, a empresa declarou, conforme evento [1009070](#) (pág.10), “*que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar*”.

Diante disso, solicito informar qual a receita bruta auferida pela empresa proponente no ano calendário de 2022. Para tanto, junta-se, no evento n. [1009070](#), Declaração de contratos firmados (págs. 24 e 25), Balanço Patrimonial (pág. 41), Demonstração de Resultado do Exercício (pág. 42) e Análise Financeira – 31/12/2022 (pág. 43).

A informação a essa diligência foi prestada pela COFC/SECA ([1010050](#)), adiante transcrita parcialmente:

(...)

ii) em análise na DRE/2022 ([1009070](#)) pág. 42, verificou-se que a **receita bruta** é valor total referente a prestação de serviços contabilizados, que consta na coluna saldo atual, no valor de R\$ 6.431.319,13 (Receita com Prestação de Serviços), sem a incidência de nenhum outro desconto.

(...)

Em face das informações prestadas pela COFC/SCA, a proposta da licitante **MC Comércio de Produtos de Limpeza e Serviço de Limpeza LTDA** foi **recusada pelo Pregoeiro** pelos seguintes fundamentos, de acordo o item 5.3 do relatório do certame ([1015584](#)):

(...)

- Da manifestação técnica ([1010050](#)), extrai-se que empresa obteve receita bruta no valor R\$ 6.431.319,13. **Nesse sentido é a declaração de contratos firmados apresentado pela empresa quando do cadastramento da proposta no sistema (evento [1009070](#), págs. 24 e 25). Também, nesse sentido, é a informação prestada pela licitante no chat.**

- De acordo com a LC n. 123/2006, para fins de gozo dos benefícios para ME/EPP em processo licitatório, a empresa licitante não pode auferir, em cada ano-calendário, receita bruta superior ao 4.800.000,00. Trata-se de critério objetivo.

- No presente caso, a receita bruta da empresa ultrapassa o limite previsto na lei, **logo não devia se declarar ME/EPP. A declaração influenciou no resultado da colocação (em tese, ao menos 7 empresas teriam a oportunidade de ofertar nova proposta de preço inferior), embora a própria empresa não tenha obtido diretamente o benefício com a declaração ME/EPP** - como o critério de desempate na fase de lances ou durante a recusa das propostas das empresas anteriores (art. 44 da LC 123/06). **Além disso, o fato implica em declaração falsa, posto que a empresa não atende requisito da própria lei para obtenção de benefício por ela previsto, mas, mesmo diante disso, declarou atender.** (sem destaques no original)

- Diante do ocorrido e considerando o contido nas alíneas "c" e "d" do item 4.5 do edital, bem como na alínea “c” do item 8.13 também do edital, a proposta da empresa foi recusada.

f) proposta inicial e ajustada da licitante **M. L. PERES EMPREENDIMENTOS LTDA (EJ RODRIGUES)** - CNPJ



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13.993.675/0001-20, com sede em Bujari/AC, nos eventos [1010717](#) e [1010720](#); documentos de habilitação juntados nos eventos [1010756](#) e [1010760](#). Veio ao processo consulta realizada pela SEAP comprovando a situação de optante do Simples Nacional desde 01/01/2019 ([1010760](#)). Em função disso, a unidade demandante analisou as planilhas de preços e constatou:

Que fora identificado que a licitante "zerou" os custos relacionados às rubricas do submódulo 2.2 (Encargos sociais), como salário educação, SESC/SESI, SENAC/SENAI, SEBRAE e INCRA.

No entanto, a licitante manteve as alíquotas de lucro presumido (e não as alíquotas correspondentes ao Simples Nacional) para os tributos Cofins, PIS e ISS.

Isso resultou em valores específicos na planilha: R\$ 3.632,79 para os postos de Servente de Limpeza Sem Insalubridade, R\$ 4.539,98 para os postos de Serventes de Limpeza com Insalubridade e R\$ 5.697,77 para o posto de Encarregado da Limpeza.

Consequentemente, a proposta indicou um valor mensal de R\$ 61.999,93 para os 15 postos de trabalho e um valor total de R\$ 1.859.997,90 para o período de 30 meses de contrato, solicito diligenciar junto a empresa para:

Assim, solicitou que a licitante justificasse a apresentação do **RAT Zeroado**, considerando que a empresa declarou ser enquadrada no Simples Nacional.

Em cumprimento a essa diligência, a licitante apresentou nova proposta ajustada ([1011831](#)), havendo esclarecido, ainda ([1011830](#)):

(...) vem através deste, justificar as devidas diligencias solicitada por este Digníssimo Pregoeiro via chat , onde se diz: **“as alíquotas de lucro presumido (e não as alíquotas correspondentes ao Simples Nacional) para os tributos Confins, PIS e ISS”**.

Vamos fazer a adequação do **PIS E CONFINS** conforme nossa tributação, com relação ao **ISS** não poderemos alterar a alíquota, pois o valor exigido no município de Porto Velho é de 5% onde será executado a prestação dos serviços.

Conforme solicitado, foi ajustado o **RAT** da empresa e estamos mandando a comprovação do **RAT** via anexo.

Finalmente, por meio da Manifestação n. 2/2023 ([1012849](#)), a SEAP opinou pela aceitação da proposta e pelo cumprimento dos requisitos de habilitação técnica e de qualificação econômico-financeira exigidos pelo edital.

Assim, o Pregoeiro declarou vencedora do certame a licitante M. L. PERES EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 13.993.675/0001-20, **valor total R\$ 1.869.997,90**. Superada a etapa recursal, o Pregoeiro adjudicou o objeto à vencedora, conforme consta no termo de adjudicação ([1015529](#)).

g) ata do Pregão Eletrônico ([1013900](#));

h) **Intenção de recurso** da licitante **ERP DE OLIVEIRA COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA** ([1013902](#)), no qual alegou:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Manifestação de intenção de recurso a empresa não atende os requisitos editalícios, visto que não comprova a exequibilidade da planilha de custo, habilitação técnica, dentre outros que será discorrido na peça recursal, em atenção ao direito de manifestação e interposição de recurso, previsto no art. 26, do Decreto Estadual nº 26.182/2021, e ao artigo 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002.

Desistência do recurso ([1013903](#)), no qual alegou:

Em análise minuciosa verificamos que a comissão foi diligente e refutou os prováveis elementos que poderiam ser passíveis de recurso. Desde agradecemos e não temos a intenção de protelar a finalização do certame. Atenciosamente, ERP de Oliveira.

Comprovação de que não houve interposição de contrarrazões ao recurso ([1015527](#)).

- i) termo de adjudicação ([1015529](#));
- j) resultado por fornecedor ([1015531](#));
- k) comprovação da publicação do resultado do certame ([1015985](#)).

05. Por fim, o pregoeiro registra as principais ocorrências do certame em seu Relatório 34/2023 ([1015584](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pela ASLIC a esta Assessoria Jurídica para análise dos atos praticados na licitação (1015692). **É o relatório.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

06. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se as devidas divulgações dos avisos de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas ([0894317](#)), em atendimento ao disposto no citado Decreto.

07. Nas publicações dos avisos constam a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 25 do Decreto Federal n. 10.024/19.

08. Passa-se às análises dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimento ao edital: Houve 1 (um) pedido de esclarecimento ao edital, aviado no dia **28/04/2023** pela



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

empresa **AGC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, que versava sobre a utilização de preços máximos e mínimos para o recebimento das propostas, declarado intempestivo pelo Pregoeiro ([1004424](#)). **Correta a decisão**, vez que estando a abertura do certame programada para o dia **03/05/23**, a data limite para esse ato teve seu **termo final no dia 27/04/2023**. Cumprimento do item 2.2 do edital do certame.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve;

c) Lances: Os melhores lances para o item estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([1002046](#)) e todos os lances de cada item na ata do pregão ([1013900](#));

d) Item deserto: Não houve;

e) Cancelados na Aceitação: Não houve;

f) Aceitação/negociação: Nesta fase o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico - *chat* - a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de reduzir o preço, observado o critério de julgamento, como também analisa o cumprimento das exigências editalícias para a aceitação das propostas.

As ocorrências estão registradas no item 5.3 do Relatório do Pregoeiro ([1015584](#)), cujas justificativas demonstram a aplicação acertada e objetiva dos critérios de aceitação de proposta, sempre após a manifestação da unidade demandante e na forma estabelecida no instrumento convocatório e devidamente registradas na ata do certame ([1013900](#)).

Como registrado na ata do certame, no relatório do Pregoeiro e no relato deste parecer, houve **recusa de propostas** das seguintes licitantes:

f1. GOLDEN CONSTRUCOES, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA LTDA - CNPJ: 10.565.121/0001-34, com sede na cidade de Goiânia/GO, no valor de **R\$ 1.500.000,00** no sistema Comprasnet ([1005438](#)), porém com Anexo de proposta no valor de **55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais)** - [1005462](#):

Houve pedido de desistência da proposta sob a alegação, ao que parece de erro material (...) *pelo cadastro de valor da contratação equivocado, sendo que foi ofertado com o salário menor que o estipulado em Convenção coletiva vigente.* - evento [1005463](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A situação acima narrada encontra previsão no edital do certame. Veja-se:

5.1.2. Uma vez aberta a sessão, os licitantes acham-se vinculados às suas propostas. Não serão aceitos pedidos de desistência de propostas, **salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceitos pelo Pregoeiro.**

Conquanto possa ser questionado se a falha na elaboração da proposta realmente se deu pelo valor equivocado na oferta de salário menor ao estipulado em Convenção coletiva vigente, como afirmado pela licitante - isso porque o valor que consta do anexo da proposta ofertada no certame é extremamente superior ao estimado pela Administração, havendo dúvida se esse argumento seria eficaz para configurar um "motivo justo" - a verdade é que - além das diferenças gritantes entre os valores o cadastrado no Sistema Comprasnet e aquele que consta no Anexo de proposta, quando comparado ao valor estimado da contratação (R\$ 2.147.549,20), **o valor ofertado poderia ser considerado inexequível, na forma do item 8.5 do edital.**

Assim, não havia qualquer possibilidade de aceitação da proposta, razão pelo qual o Pregoeiro, verificando esse fato e ainda diante do pedido expresso da licitante, houve por bem recusar a proposta, **fato que não alterou o desfecho do certame, nem gerou prejuízo ao certame ou a seus participantes.**

Conclusão desta Assessoria Jurídica: Regularidade do ato, de acordo com o item 5.1.2 do edital do certame.

fi. APTUS TERCEIRIZAÇÕES EIRELI - CNPJ
05.332.859/0001-11, com sede em Brasília/DF:

Neste caso, segundo relata o Pregoeiro, ao ser informada no **chat** acerca da regularidade e, conseqüentemente, da aceitação de sua proposta, a licitante solicitou que ela fosse desclassificada.

Alegou a licitante: (...) *equívoco no dimensionamento da proposta, em especial a possibilidade futura de desenquadramento do simples nacional, pedimos a gentileza de que seja realizada a desclassificação da nossa proposta.*"

Conquanto tenha **recusado a proposta** o Pregoeiro registra que, considerando o contido no item 9.3 do Termo de Referência (na parte OBSERVAÇÕES IMPORTANTES) - que trata do assunto exposto pelo licitante -, e prestigiando a SEGURANÇA DA CONTRATAÇÃO, o pedido



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

foi acolhido por este Pregoeiro e, conseqüentemente, a proposta foi recusada.

Sobre as referidas OBSERVAÇÕES IMPORTANTES que constam do item 9.3 do TR da contratação, anexo ao edital, essas dizem respeito, mais precisamente ao item 2, veja-se:

2 – Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, o licitante Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional, que, por ventura venha a ser contratado, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência de sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações. Assim:

2.1 - O licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratado, após a assinatura do contrato, no prazo de 60 (sessenta) dias, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação a opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do art. 430 da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;

2.2 - Caso o licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

Assim, ao que parece, diante da possibilidade concreta da contratação, a licitante hesitou sobre a vantagem dela pela **exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação**. Isso porque dimensionou os tributos que constam do Módulo 6 de suas planilhas pelo regime do Simples Nacional (vide evento [1009033](#)) e, sendo vencedora, haveria a possibilidade do desenquadramento desse regime, o que levaria ao recolhimento majorado de tributos.

Esse comportamento soa bastante questionável, até porque a licitante, como condição para a participação no certame, declarou conhecer as regras do edital e que a formulação da proposta é de sua responsabilidade e que a ela se encontra vinculada (páginas 7 e 13 do evento [1009033](#)). Sobre tal vínculo obrigacional, cita-se, por exemplo, o **Acórdão TCU 2132/2021 - Plenário**, veja-se:

Acórdão TCU 2132/2021 - Plenário:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.1. conhecer o presente processo como representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

9.2. no mérito, considerar a presente representação parcialmente procedente;

(...)

9.4.5. ausência de instauração de processos administrativos visando à apuração da conduta da Empresa DCCO Soluções em Energia e Equipamentos Ltda. (CNPJ 01.475.599/0002-63), consistente na sua recusa em manter a proposta para o item 1 do Pregão Eletrônico SRP 10/2021, considerando o disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002, c/c o art. 19, III, do Decreto 10.024/2019, bem como da Empresa Sotreq S/A (CNPJ 34.151.100/0013-74), que deixou de encaminhar os documentos de habilitação, no bojo Pregão Eletrônico SRP 12/2021, em violação ao disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002 c/c o art. 19, III, do Decreto 10.024/2019;

(...)

65. Por falta de amparo legal, não se pode admitir a alegação do ICMBio de que o 'pregão ainda estava numa fase em que a desistência da proposta é possível'. A tese aventada pela Administração vai ao arrepio da lei, pois, após o início da etapa de lances, a licitante deve honrar a proposta e os lances feitos, e, com ação diversa, se sujeita à possível sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da União.

66. O art. 81 da Lei 8.666/1993 já dispunha no seu texto original que a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeito à sanção. Com o advento da Lei 10.520/2002, que instituiu o pregão como modalidade licitatório, essa penalidade foi replicada em seu art. 7º, e não mais como possibilidade, o qual destaca expressamente que atinge quem 'não celebrar o contrato' ou 'não mantiver a sua proposta', neste segundo caso, obviamente, antes mesmo da adjudicação do objeto.

67. Essa sanção também constou no art. 28 do Decreto 5.450/2005, que regulamentava o pregão na forma eletrônica, mas que foi revogado e substituído pelo Decreto 10.024/2019, cujo art. 49, V, também assegura expressamente a aplicação dessa penalidade a quem não mantiver a sua proposta.

68. Dessa forma, em linha com a declaração do ICMBio de que a empresa seria instada a se manifestar sobre o ocorrido, deve ser determinado ao órgão que instaure processo administrativo visando à apuração da conduta da DCCO, consistente na sua recusa em manter a proposta para o item 1 do Pregão Eletrônico SRP 10/2021, considerando o disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002 c/c o art. 19, III, do Decreto 10.024/2019. (sem destaques no original)

A desistência alterou o desfecho do certame - **que poderia ter a licitante como vencedora, embora tenha produzido prejuízo relevante ao certame ou a seus participantes.** Isso porque o valor final de sua proposta ajustada de R\$ 1.860.000,00 ([1005468](#)), está praticamente no mesmo patamar financeiro das proposta efetivamente vencedora da competição (R\$ 1.869,997,00 - [1010720](#)).

Ao analisar os argumentos da licitante, o Pregoeiro decidiu pela recusa da proposta também em função da **segurança da**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação, que certamente restaria abalada desde seu nascedouro em face da situação fática exposta pela licitante.

Tem-se que esse relevante argumento - cuja finalidade seria a celebração de um contrato firme entre as partes, com previsão de execução sem incidentes e assim atender a contento o interesse público nele buscado - pode justificar a recusa da proposta.

Porém, não tem a eficácia de sobrepor-se ao vínculo de compromisso que a licitante assumiu ao apresentar sua proposta no certame, tê-la aceita e, já na fase de habilitação, alegar equívoco para dela desistir, contrariando regra expressa da Lei n. 10.520/2002, do Decreto Federal, n. 10.024/2019 e do Edital de Pregão Eletrônico n. 11/2023, veja-se:

Lei n. 10.520/2002:

(...)

Art. 7º *Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.* (sem destaques no original)

(...)

Decreto Federal, n. 10.024/2019:

(...)

Art. 19. *Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:*

(...)

III - *responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;* (sem destaques no original)

(...)

Edital de Pregão eletrônico n. 11/2023:

(...)

5.1.2. *Uma vez aberta a sessão, os licitantes acham-se vinculados às suas propostas. Não serão aceitos pedidos de desistência de propostas, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceitos pelo Pregoeiro.*

(...)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15.9. As hipóteses de desclassificação ou recusa de proposta e inabilitação dos licitantes poderão ensejar a abertura de processo administrativo para apuração da ocorrência de condutas tipificadas no art. 7º da Lei n. 10.520, com vistas à aplicação de penalidades previstas, salvo nos casos em que forem acatadas pelo gestor as justificativas apresentadas. (sem destaques no original)

(..)

Conclusão desta Assessoria Jurídica: Considerando a conduta da licitante **APTUS TERCEIRIZAÇÕES EIRELI - CNPJ 05.332.859/0001-11**, de acordo com os fatos registrados na ata do certame ([1013900](#)), na qual, inclusive, há registro expresso dessa possibilidade (11/05/2023 14:52:50, p. 9 da ata), com fundamento nos itens 5.1.2 c/c 15.9 do Edital do Pregão Eletrônico n. 11/2023 e inciso III do artigo 19 do Decreto Federal n. 10.024/2019, **opina-se pela abertura de processo administrativo para apuração da conduta tipificadas no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - não manter a proposta -** com vistas à aplicação das penalidades previstas nessa Lei e no edital do certame, salvo acolhimento de justificativas para o ato. O procedimento deverá observar as regras dos artigos 53 e segs da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2018.

f3. MC COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA - CNPJ 04.236.031/0001-05, com sede em Porto Velho/RO:

Neste caso a proposta foi recusada porque, de acordo com a LC n. 123/2006, para fins de gozo dos benefícios para ME/EPP em processo licitatório, a empresa licitante não pode auferir, em cada ano-calendário, receita bruta superior ao **R\$ 4.800.000,00**. Trata-se de critério objetivo.

Contudo, após análise da área contábil deste Tribunal ([1010050](#)), constatou-se que a licitante obteve receita bruta no valor **R\$ 6.431.319,13** no exercício de 2022, cifra que ultrapassa o limite previsto na lei, **logo não devia se declarar ME/EPP**.

Segundo registrou o Pregoeiro, a **declaração influenciou no resultado da colocação (em tese, ao menos 7 empresas teriam a oportunidade de ofertar nova proposta de preço inferior), embora a própria empresa não tenha obtido diretamente o benefício com a declaração ME/EPP em razão do critério de desempate na fase de lances ou durante a recusa das propostas das empresas anteriores (art. 44 da LC 123/06)**.

Por fim, informa o Pregoeiro que o fato implica em **declaração falsa**, haja visto que comprovado que a licitante não atende o requisito da própria lei para obtenção de benefício por ela previsto,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

embora assim tenha declarado expressamente (**página 10 do evento [1009070](#)**).

Acerca do inusitado incidente, verifica-se que o **Tribunal de Contas da União** tem diversos precedentes no sentido de que a participação em licitação reservada a microempresas (ME) e a empresas de pequeno porte (EPP), por sociedade que não se enquadre na definição legal dessas categorias, **configura fraude ao certame**, conforme acórdãos listados adiante com uma síntese dos comportamentos analisados em cada caso:

ACÓRDÃO N.º 2846/2010-PLENÁRIO, TC-008.552/2010-0, REL. MIN. WALTON ALENCAR RODRIGUES, 27.10.2010:

(...)

22. Contudo, a Interessada, além de omitir-se do dever de atualizar sua condição, de forma a atender ao disposto no § 9º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, mediante o pedido de desenquadramento da situação de EPP previsto na alínea c.2 do inciso II do parágrafo único do art. 1º da IN-DNRC nº 103/2007, nos anos de 2007 e 2008, sagrou-se vencedora de licitações restritas à participação de ME e EPP, conforme restou demonstrado no levantamento que deu origem ao presente processo.

(...)

ACÓRDÃO N.º 1782/2012-PLENÁRIO, TC-012.545/2011-2, REL. MIN. AUGUSTO NARDES, 11.07.2012:

(...)

3. Conforme a documentação apresentada, formada por cópias de notas fiscais emitidas pela RLP e consultas realizadas em sistemas oficiais, a empresa teria auferido faturamento, em 2009, superior ao limite de R\$ 2.400.000,00, previsto na Lei Complementar 123/2006, para caracterizá-la como EPP. Com isso, em 2010, a recorrente, segundo a representação, deveria ter alterado seu enquadramento na junta comercial, na forma do art. 1º da Instrução Normativa/DNRC 103/2007; e do art. 3º, §9º, da Lei do Simples Nacional.

4. Além dos documentos citados, a representante juntou cópias de pregões restritos às microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP, de órgãos federais, realizados em 2010, nos quais a empresa declarou-se EPP e venceu as competições.

(...)

ACÓRDÃO N.º 2066/2013-PLENÁRIO, TC-008. 552/2010-0, REL. MIN. RAIMUNDO CARREIRO, 20.02.2013:

(...)

28. (...) aplica-se, ao presente caso, o entendimento constante no relatório que fundamenta o Acórdão 1782/2012-TCU-Plenário (proferido no processo de representação TC Processo 012.545/2011-2 quando da apreciação de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 3074/2011-TCU-Plenário), no sentido de que “a apresentação de declarações divergentes da realidade e a participação deliberada e vitória em certames exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte demonstram conduta passível de apenação com a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração por curto período”. (grifei)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(...)

Muito embora os acórdãos acima listados digam respeito a certames destinados exclusivamente a ME/EPSS, tem-se que a situação jurídica por eles relatadas é idêntica à ocorrida no caso em exame. A leitura dos excertos reproduzidos acima revela que o TCU tem sancionado com rigor esse tipo de conduta perpetrada por licitantes que declaram falsamente o seu enquadramento econômico, insistem na falsidade e culminam por produzir um **resultado concreto viciado pela distorção da realidade fática**. Para o TCU, além de afrontar as regras da LC n. 123/2006, **esses comportamentos atentam contra os princípios de lisura e isonomia que regem a disputa** e que, por conta disso, os agentes terminam vencendo o certame em disputa e contratando com a Administração de forma fraudulenta.

O TCU também tem reconhecido a atipicidade da conduta **quando originária de erro justificável e que não tenha gerado prejuízo às demais competidoras e, sobretudo, ao Erário**. Nesse sentido são as conclusões do acórdão adiante reproduzido em parte, que ainda cita como precedentes os **Acórdãos 2924/2010 e 1353/2013, ambos do Plenário**:

Acórdão nº 2392/2014 - TCU- PLENÁRIO, TC-028.788/2012-5, Relator: Ministro Reimundo Carreiro. Data de Julgamento: 10/09/2014

Voto:

(...)

3.

(...)

*No Tribunal de Contas da União, bem como em outras Cortes de Contas estaduais e municipais, nas localidades em que estas ainda existem, em casos semelhantes ao que ora se examina, considerados de **baixa materialidade**, a postura adotada tem sido a de **ALERTAR, RECOMENDAR** ou **SUGERIR** que os responsáveis se abstenham da prática das condutas consideradas reprováveis no futuro.*

4. De fato, assiste razão à embargante. Em que pese a gravidade da falha, há de se considerar que a irregularidade ocorreu em um certame, cuja o valor bruto arrecadado atingiu R\$ 16.240,00, o que foi reconhecido na instrução da unidade técnica (peça 23, p. 9). Contudo, tal fato não foi levado em conta quando da prolação do [Acórdão 1535/2013-TCU-Plenário](#). Em caso similar esta Corte decidiu que, dada a baixa materialidade envolvida, seria suficiente emitir alerta à empresa, conforme excerto, a seguir transcrito, do Voto condutor que fundamentou o [Acórdão 2924/2010-TCU-Plenário](#):

“Embora considere falha grave a omissão da empresa, julgo que, dada a baixa materialidade dos procedimentos licitatórios exclusivos para ME ou EPP em que participou e ganhou, total de R\$ 25.105,00 relativos a seis procedimentos ocorridos em 2008, representando percentual inferior a 0,5% dos valores auferido pela firma em licitações com órgãos públicos, é suficiente alertar a empresa de que a repetição da infração ensejará a declaração de sua inidoneidade, impossibilitando que contrate com o Poder Público por até 5 anos.”



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. No mesmo sentido, decidiu o TCU ao proferir Acórdãos nº 2.924/2010 e nº 125/2014, ambos do Plenário.

6. Há de se considerar, ainda, dois pontos. Primeiro, que após a identificação do erro a empresa embargante solicitou o seu desenquadramento para os fins da LC 123/2006. Segundo, que apesar da falha, o órgão efetuou a aquisição pelo menor preço, não havendo, portanto, prejuízo ao Erário ou para as demais concorrentes das licitações analisadas.

7. Assim, tendo em vista a similaridade dos casos, julgo que para a presente Representação deva ser dado o mesmo encaminhamento dos [Acórdão 2924/2010-TCU-Plenário](#) e nº 125/2014 – Plenário. Para tanto, constatada a omissão no âmbito do [Acórdão 1535/2013-TCU-Plenário](#), devem os presentes Embargos de Declaração ser acolhidos, com efeitos infringentes, alterando a Decisão guerreada para que a empresa seja alertada de que a repetição da infração ensejará a declaração de sua inidoneidade, impossibilitando que contrate com o Poder Público por até 5 anos.

(...)

No caso em análise, tem-se os seguintes comportamentos e desdobramentos:

A empresa declarou expressamente que detinha a condição de ME/EPP. Esse fato está materializado na declaração do sistema do Pregão Eletrônico juntado ao processo na página 10 do evento [1009070](#).

Após solicitação da unidade demandante para comprovação do enquadramento econômico da licitante ([1009165](#)), face aos percentuais de tributos informados na proposta ([1009033](#)), a SECA/COFC constatou que a receita bruta da licitante, no valor de R\$ 6.431.319,13 (Receita com Prestação de Serviços) excede o limite de R\$ 4.800.000,00; portanto, não poderia se beneficiar do regime previsto para ME/EPP de que trata a LC 123/2006 ([1009911](#) e [1010050](#)).

A licitante foi alertada sobre o fato, vejam-se os registros na ata do certame ([1013900](#)):

(...)

16/05/2023 14:43:46: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - Da manifestação técnica, verifica-se que empresa obteve receita bruta no valor R\$ 6.431.319,13. Nesse sentido é a declaração de contratos firmados apresentado por essa empresa quando do cadastramento da proposta no sistema (evento 1009070, págs. 24 e 25).

16/05/2023 14:44:15: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LIMPEZA LTDA - Também, nesse sentido, é a informação prestada pela licitante neste chat.

16/05/2023 14:44:33: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - Dito isso, tem-se que:

16/05/2023 14:44:40: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - - a empresa declarou ser ME/EPP (conforme declaração registrada no sistema);

16/05/2023 14:44:45: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - - a empresa auferiu no ano-calendário anterior receita bruta superior ao limite previsto na LC 123/2006 (conforme DRE/2022 e Declaração de contratos firmados);

16/05/2023 14:44:59: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - - a empresa, embora não tenha obtido diretamente o benefício com a declaração ME/EPP - como o critério de desempate na fase de lances ou durante a recusa das propostas das empresas anteriores (art. 44 da LC 123/06) -, **influenciou no resultado de classificação das propostas**, haja vista que, em tese,

16/05/2023 14:45:06: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - **ao menos 7 empresas poderiam ter a oportunidade de ofertar nova proposta de preço inferior.**

16/05/2023 14:45:18: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - - a ocorrência implica em violação às alíneas “b” e “c” do item 4.5 do edital.

16/05/2023 14:45:33: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - **Algo a declarar sobre isso, Licitante?**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16/05/2023 14:50:16: Senhor pregoeiro pode nos conceder um prazo de pelo menos 30 minutos para que possamos nos manifestar?

16/05/2023 14:51:39: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - Certo. A empresa tem o prazo de 30 minutos para manifestar.

16/05/2023 15:09:04: Senhor Pregoeiro, a empresa MC Comércio ofertou sua proposta considerando o regime de tributação do Simples Nacional. A Receita Bruta do ano calendário de 2022 sendo de 6.431.319,13 não impediu da empresa se enquadrar no Simples Nacional, uma vez que essa receita apurada era referente ao Lucro Presumido, sendo a empresa enquadrada no Simples Nacional.

16/05/2023 15:09:27: em janeiro desse ano de 2023. O faturamento mencionado de 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil) refere-se a faturamento no simples nacional que não podem ser ultrapassados. **Quanto a empresa ter declarado ME/EPP, a mesma não se utilizou desse benefício na presente licitação, sendo que as outras empresas poderiam sim ofertar lance menor que o nosso de**

16/05/2023 15:16:20: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - **Licitante, para fins de gozo dos benefícios previstos na LC 123/2006 em processos licitatórios, a empresa não pode ter auferido, em cada ano-calendário, receita bruta superior ao 4.800.000,00. O critério é objetivo.**

16/05/2023 15:16:46: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - Se a empresa auferiu receita bruta superior ao limite previsto na lei, não pode gozar dos seus benefícios em processos licitatórios, pois não se enquadra, não atende a requisito previsto na própria lei como condição para usufruir de seus benefícios.

16/05/2023 15:17:21: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LIMPEZA LTDA - Em relação a ter obtido benefício na presente licitação, é como informado anteriormente. Ao se declarar ME/EPP, a empresa influenciou no resultado da colocação. **O lance informado anteriormente não é o lance ordinário, mas aquele referente ao empate ficto, de até 5% superior.**

16/05/2023 15:17:53: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - Além do mais, a empresa não se enquadra no limite previsto em lei para o gozo do benefício e, como dito, é critério objetivo. O limite é valor igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.

16/05/2023 15:18:38: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - A empresa auferiu R\$ 6.431.319,13, portanto não se enquadra.

16/05/2023 15:20:28: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - Posto isso, reproduzo a seguir, para fins de conhecimento dessa empresa e das demais licitantes, a manifestação da unidade técnica-demandante acerca da proposta ajustada.

16/05/2023 15:20:36: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - “Solicito à empresa MC COM. E SOLUÇÕES EM SERVIÇOS LTDA que forneça uma justificativa embasada para comprovar que a alíquota de ISSQN demonstrada na planilha de 5% é a que a empresa deve se enquadrar, considerando os dados constantes na planilha (1009033), módulo 6.

16/05/2023 15:22:00: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - A manifestação é anterior ao recebimento da informação acerca do faturamento e da declaração ME/EPP da empresa.

16/05/2023 15:23:04: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - **Licitante, diante disso, não resta outra alternativa senão recusar a proposta dessa**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

empresa, conforme regulamento previsto nas alíneas “b” e “c” do item 4.5 do edital, que diz:

16/05/2023 15:23:18: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - 4.5. Pregoeiro procederá à desclassificação, recusa da proposta ou a inabilitação da licitante, conforme fase em que se encontre a licitação, quando verificada a ocorrência de qualquer das hipóteses a seguir elencadas:

16/05/2023 15:23:33: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - **b) declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e de conformidade de sua proposta com as exigências deste instrumento convocatório; e**

16/05/2023 15:23:40: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - **c) declaração falsa relativa a atendimento dos requisitos para gozo dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 ou relativa a qualquer outro benefício ou preferência.**

16/05/2023 15:24:04: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - **Por fim, registra-se que o fato será levado ao conhecimento da Autoridade Superior para tomar as medidas e providências que julgar necessárias.**

16/05/2023 15:26:36: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - **Algo mais a declarar, Licitante?**

16/05/2023 15:28:43: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - **Certo. Irei prosseguir. Por todo o exposto, a proposta da empresa será recusada.**

16/05/2023 15:29:05: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - **Agradecemos a participação da**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

empresa e pedimos que continue acompanhando o certame.

Em consequência, como não há a funcionalidade de desfazer a declaração no próprio sistema e também não sendo possível o retorno à fase de lances, restou ao Pregoeiro a **recusa da proposta da empresa**, com base no item 4.5, "b" e "c", do edital. .

Esses registros levam às seguintes conclusões:

Primeiro, a empresa Confessou que obteve no exercício de 2022 faturamento superior ao limite do enquadramento de ME/EPP, situação impeditiva para a declaração levada a cabo no certame;

Segundo, a **declaração falsa influenciou no resultado da colocação, em tese, ao menos 7 empresas teriam a oportunidade de ofertar nova proposta de preço inferior, embora a própria empresa não tenha obtido diretamente o benefício com a declaração ME/EPP em razão do critério de desempate na fase de lances ou durante a recusa das propostas das empresas anteriores (art. 44 da LC 123/06);;**

Terceiro, o prejuízo ao Erário foi bastante reduzido. A proposta vencedora do certame no valor de R\$ 1.869.997,90, situou-se em patamar insignificamente superior ao valor da proposta da licitante MC: R\$ 1.869.901,30.

Quarto, as poucas alegações da licitante **MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA** não permitem aferir que essa tenha agido deliberadamente com má fé dirigida ao falseamento da verdade no certame em que participou.

Conclusão desta Assessoria Jurídica: Verifica-se que a recusa da proposta, embora não tenha produzido significativo prejuízo ao Erário, não foi capaz de afastar o prejuízo aos demais competidores da licitação, haja vista que, **em tese, ao menos 7 empresas teriam a oportunidade de ofertar nova proposta de preço inferior**. Nesses termos, a conduta da licitante **MC COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA** - CNPJ 04.236.031/0001-05, de acordo com os documentos que instruem o processo e os fatos registrados na ata do certame (1013900), na qual, inclusive, há registro expresso dessa possibilidade (16/05/2023 15:24:04, p. 12), não se enquadra na situação de atipicidade reconhecida pelo TCU, que se dá por erro justificável e que não tenha gerado prejuízo às demais competidoras ou ao Erário. Assim, com fundamento nos itens 4.5, "b" d "c" c/c 15.9 do Edital do Pregão Eletrônico



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

n. 11/2023 e inciso III do artigo 19 do Decreto Federal n. 10.024/2019, **opina-se pela abertura de processo administrativo para apuração da conduta tipificadas no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - apresentar documentação falsa e, ainda, art. 37 da Lei Complementar n. 123/2006** - com vistas à aplicação das penalidades previstas nessas leis e no edital do certame, salvo acolhimento de justificativas para o ato. O procedimento deverá observar as regras dos artigos 53 e segs da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2018.

g) Fase de Habilitação: A licitante M. L. PERES EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 13.993.675/0001-20, apresentou a documentação exigida, considerados regulares ([1012849](#)). Superada a etapa recursal, o Pregoeiro adjudicou o objeto à licitante vencedora, no **valor total R\$ 1.869.997,90**, conforme consta no termo de adjudicação ([1015529](#)).

h) Recurso: não houve.

Conforme constou do relato deste parecer, houve **intenção de recurso** da licitante ERP DE OLIVEIRA COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA ([1013902](#)) que, na sequência apresentou **desistência do recurso** ([1013903](#)). **Não houve interposição de contrarrazões ao recurso** ([1015527](#)).

Sem entrar no mérito do alegado pela licitante em sua intenção recursal, alerta-se aos Pregoeiros deste Tribunal que, em casos como tais, observem as orientações que constam do item 13 do Parecer Jurídico n. 238/2022 ([0930214](#)), acolhido pela Despacho DG 1422/2022 ([0933740](#)).

i) Adjudicação: Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro efetuou a adjudicação, conforme evento [0909405](#).

09. Assim, deve-se registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade. Desse modo, conclui-se que transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública.

10. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei n. 8.666/93 e da legislação correlata ao



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – CONCLUSÃO

11. Pelo exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([1015529](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei n. 10.520/02, nos moldes já especificados.

12. Em função dos fatos e fundamentos expostos neste parecer, opina, ainda:

I - pela regularidade da recusa da proposta da licitante **GOLDEN CONSTRUCOES, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA LTDA** - CNPJ: 10.565.121/0001-34, de acordo com o item 5.1.2 do edital do certame;

II - Considerando a conduta da licitante **APTUS TERCEIRIZAÇÕES EIRELI** - CNPJ 05.332.859/0001-11, de acordo com os fatos registrados na ata do certame ([1013900](#)) - na qual inclusive há registro expresso dessa possibilidade (11/05/2023 14:52:50, p. 9 da ata) - com fundamento nos itens 5.1.2 c/c 15.9 do Edital do Pregão Eletrônico n. 11/2023 e inciso III do artigo 19 do Decreto Federal n. 10.024/2019, **opina-se pela abertura de processo administrativo para apuração da conduta tipificadas no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - não manter a proposta** - com vistas à aplicação das penalidades previstas nessa Lei e no edital do certame, salvo acolhimento de justificativas para o ato. O procedimento deverá observar as regras dos artigos 53 e segs da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2018;

III - Que a recusa da proposta da licitante **MC COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA** - CNPJ 04.236.031/0001-05, embora não tenha produzido significativo prejuízo ao Erário, não foi capaz de afastar o prejuízo aos demais competidores da licitação, haja vista que, **em tese, ao menos 7 empresas teriam a oportunidade de ofertar nova proposta de preço inferior**. Nesses termos, a conduta da licitante, de acordo com os documentos que instruem o processo e os fatos registrados na ata do certame ([1013900](#)), na qual, inclusive, há registro expresso dessa possibilidade (16/05/2023 15:24:04, p. 12 da ata), não se enquadra na



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

situação de atipicidade reconhecida pelo TCU, que se dá por erro justificável e que não tenha gerado prejuízo às demais competidoras ou ao Erário.

Assim, com fundamento nos itens 4.5, "b" d "c" c/c 15.9 do Edital do Pregão Eletrônico n. 11/2023 e inciso III do artigo 19 do Decreto Federal n. 10.024/2019, **opina-se pela abertura de processo administrativo para apuração da conduta tipificadas no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - apresentar documentação falsa e, ainda, art. 37 da Lei Complementar n. 123/2006** - com vistas à aplicação das penalidades previstas nessas leis e no edital do certame, salvo acolhimento de justificativas para o ato. O procedimento deverá observar as regras dos artigos 53 e segs da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2018.

IV - Sem entrar no mérito do alegado pela licitante em sua intenção recursal, alerta-se aos Pregoeiros deste Tribunal que, **em casos como tais, observem as orientações que constam do item 13 do Parecer Jurídico n. 238/2022 (0930214)**, acolhido pela Despacho DG 1422/2022 (0933740).

13. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à aceitação do objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 02/06/2023, às 17:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1016082** e o código CRC **14EB5770**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: Seção de Administração Predial - SEAP

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 11/2023 – Contratação de **serviços terceirizados de limpeza e conservação para os prédios do TRE-RO** - Fórum Eleitoral, Anexo III (Seção de Transportes) e Prédio Sede - todos no município de Porto Velho.

DESPACHO Nº 677 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Administração Predial (SEAP), visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização, **sem fornecimento de material**, para os edifícios da Justiça Eleitoral localizados na cidade de Porto Velho/RO, para o período de 30 (trinta) meses ([0884120](#)).

Após a publicação do edital do certame, houve um pedido de esclarecimento elaborado pela empresa **AGC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, que versava sobre a utilização de preços máximos e mínimos para o recebimento das propostas, declarado intempestivo pelo Pregoeiro ([1004424](#)). Não houve impugnação ao edital.

Para instrução do processo, o pregoeiro trouxe os seguintes documentos: Relatório de propostas ([1005438](#)); Propostas das licitantes - **GOLDEN CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA LTDA** - CNPJ: 10.565.121/0001-34 ([1005462](#)), **APTUS TERCEIRIZAÇÕES EIRELI** - CNPJ 05.332.859/0001-11 ([1005466/1005468](#)), **MC COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA** - CNPJ 04.236.031/0001-05 ([1009006/1009031](#)) e **M. L. PERES EMPREENDIMENTOS LTDA (EJ RODRIGUES)** - CNPJ 13.993.675/0001-20 ([1010717/1010720](#)); documentos de habilitação da empresa que teve sua proposta aceita juntados aos eventos n. [1010756](#) e [1010760](#); Ata do certame ([1013900](#)), o Resultado por Fornecedor ([1015531](#)), o Termo de Adjudicação ([1015529](#)) e a publicação do Resultado de Licitação ([1015985](#)). Por fim, juntou o Relatório n. 34/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([1015584](#)), expondo as principais ocorrências do certame.

Cumpridas as fases de julgamento e de habilitação, o Pregoeiro declarou vencedora do certame a proposta da licitante **M. L. PERES EMPREENDIMENTOS LTDA (EJ RODRIGUES)** - CNPJ



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13.993.675/0001-20, no valor R\$ 1.869.997,90 (um milhão, oitocentos e sessenta e nove mil novecentos e noventa e sete reais e noventa centavos).

A empresa E. R. P. DE OLIVEIRA COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA registrou intenção de recurso ([1013902](#)), declarado deserto pelo pregoeiro em razão de no haver elementos mínimo para sua análise, bem como em razão da desistência da própria empresa recorrente ao reconhecer que a proposta e os documentos de habilitação foram diligentemente analisados e que cumprem ao edital (evento n. [1013903](#)). Prosseguindo com os trâmites, o Pregoeiro adjudicou o objeto à vencedora ([1015529](#)).

Analisando o procedimento licitatório, a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([1015529](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 opinando, ainda, pela regularidade da recusa da proposta da licitante GOLDEN CONSTRUÇOES, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA LTDA, pela abertura de procedimento administrativo para apuração da conduta das empresas APTUS TERCEIRIZAÇÕES EIRELI - CNPJ 05.332.859/0001-11 e MC COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA - CNPJ 04.236.031/0001-05 ([1016082](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico nº 11/2023 ([1013900](#)).

Da análise dos autos verifica-se a regularidade da tramitação das fases preparatória, de divulgação do edital e apresentação das propostas e lances, contudo, na fase de julgamento, mais especificamente na subfase da aceitação/negociação das propostas verificou-se a ocorrência de incidentes envolvendo as licitantes **GOLDEN CONSTRUÇOES, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA LTDA, APTUS TERCEIRIZAÇÕES EIRELI e MC COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA** que tiveram suas propostas recusadas.

Analisando individualmente os motivos da recusa de cada proposta, verifica-se que em relação a licitante **GOLDEN CONSTRUÇOES, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA LTDA** - CNPJ: 10.565.121/0001-34, irretocável se mostra a decisão do pregoeiro ao recusá-la considerando a justificativa da ocorrência de erro material pela licitante que registrou valores completamente divergentes no sistema compras net (R\$ 1.5000,00 - [1005438](#)) do constante do anexo de sua



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

proposta (R\$ **55.000.000,00** - [1005462](#)), tendo em vista que tal ocorrência não alterou e nem acarretou prejuízo ao desfecho do certame e a seus participantes, entendimento, também dispendido pela setor jurídico deste Tribunal conforme registrado na letra f1 do item 8 do parecer juntado ao evento n. 1016082.

Com relação a proposta ofertada pela licitante **APTUS TERCEIRIZAÇÕES EIRELI** - CNPJ 05.332.859/0001-11, o que se extrai dos autos é que a mesma solicitou a desclassificação de sua proposta tendo em vista equívoco em seu dimensionamento, mais precisamente em razão da possibilidade futura de desenquadramento do simples nacional.

Novamente acertada a conduta do pregoeiro em recusar a proposta prestigiando a segurança da contratação, zelando pela celebração de um contrato firme entre as partes com previsão de execução sem incidentes.

Contudo, justificativas de cunho particular da licitante, bem assim, as que deu causa, não tem o condão de sobrepor o compromisso assumido junto a Administração Pública ao ofertar uma proposta em um certame licitatório, uma vez que é previamente conhecedora de todas as regras do edital e que a formulação de propostas é de sua inteira responsabilidade e a elas ficam vinculadas.

Diga-se isso, porque o que se verifica é que a licitante considerou aspecto restritos as suas vantagens pessoais para desistência de sua proposta ao verificar que dimensionou seus tributos pelo regime do simples nacional, quando eventualmente haveria a possibilidade de seu desenquadramento posterior a esse regime, o que levaria ao recolhimento majorado de seus tributos e, conseqüentemente, prejuízo considerando a proposta ofertada.

Conforme apontamentos da AJSAOFC extraídos da legislação que rege a matéria há eventual consequências jurídicas para tal a conduta da licitante que não manteve sua proposta, assumindo como firmes e verdadeiras suas declarações, como se verifica no caso concreto, a serem apuradas em procedimento próprio.

Sendo assim, preliminarmente, não se apura a comprovação de justo motivo a respaldar a desistência da proposta apresentada pela licitante **APTUS TERCEIRIZAÇÕES EIRELI** - CNPJ 05.332.859/0001-11, de modo que, nos termos como dispostos nos itens 5.1.2 c/c 15.9 do Edital do Pregão Eletrônico n. 11/2023 e inciso III do artigo 19 do Decreto Federal n. 10.024/2019, deve-se proceder a abertura de processo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

administrativo para apuração da ocorrência de condutas tipificadas no art. 7º da Lei n. 10.520, com vistas à aplicação de eventuais penalidades.

No que diz respeito a licitante **MC COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA - CNPJ 04.236.031/0001-05**, verifica-se que esta teve sua proposta recusada em razão de não haver se enquadrado no status de micro empresa ou empresa de pequeno porte conforme inicialmente declarado no certame.

Houve recurso de sua proposta foi recusa porque, de acordo com a LC n. 123/2006, para fins de gozo dos benefícios para ME/EPP em processo licitatório, a empresa licitante não pode auferir, em cada ano-calendário, receita bruta superior ao R\$ 4.800.000,00, ao passo que constatou-se que a licitante obteve receita bruta no valor R\$ 6.431.319,13 no exercício de 2022, cifra que ultrapassa o limite previsto na lei, logo não devia se declarar ME/EPP como expressamente o fez na página 10 do evento 1009070.

Em que pese a referida licitante não ter obtido diretamente o benefício com a declaração de ser ME/EPP, em razão do critério de desempate na fase de lances ou durante a recusa das propostas das empresas anteriores (art. 44 da LC 123/06), tal fato influenciou no resultado do da colocação das demais licitantes no certame.

E, como bem apontado pela AJSAOFC em seu parecer jurídico, a conduta da licitante ao apresentar declaração divergente da realidade pode ser tipificada como fraude ao certame nos termos da jurisprudência da Corte de Contas, tendo em vista afrontar as regras da LC n. 123/2006, sendo capaz de ferir a lisura e a isonomia que regem a disputa.

Dessa forma, não se verificando previamente nos autos a ocorrência de erro justificável para o fato, bem como apurada o prejuízo ao andamento do certame licitatório, deve-se, com fundamento nos itens 4.5, "b" d "c" c/c 15.9 do Edital do Pregão Eletrônico n. 11/2023 e inciso III do artigo 19 do Decreto Federal n. 10.024/2019, operacionalizar-se a abertura de processo administrativo para apuração da conduta da licitante.

Feitos os registros acima, com os comandos expressos para cada caso, analisando os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado ([1016082](#)), constata-se na condução de todo o procedimento licitatório foram obedecidos os procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim, embora tenha registro das ocorrências na fase de negociação/aceitação do certame, observa-se que o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([1013900](#)).

Por fim, é importante registrar a necessidade de, na fase de planejamento das contratações, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC adote como rotina a atuação conjunta com a Assessoria de Sustentabilidade e Acessibilidade - ASSESUA, considerando a obrigação de cumprimento das medidas sustentáveis, reduzindo os impactos ambientais, além de possibilitar a tomada de decisões que beneficie e atenda todas as necessidades da Administração.

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO nº 11/2023**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação (1015529).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à **ASLIC** para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Determino a abertura de processos administrativos para apuração das condutas das licitantes **APTUS TERCEIRIZAÇÕES EIRELI** - CNPJ 05.332.859/0001-11 e **MC COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA** - CNPJ 04.236.031/0001-05, observando-se as regras dos artigos 53 e seguintes da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2018.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para dar continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 19/06/2023, às 11:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1022342** e o código CRC **CA82853B**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0002462-96.2022.6.22.8000